



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subcomissão Especial Rio+20  
Frente Parlamentar Ambientalista

Ciclo de Palestras e Debates  
para a **RIO+20**

**ENERGIA**

Brasília – 2012

**Mesa da Câmara dos Deputados**  
54ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

**Presidente:** Marco Maia

**1ª Vice-Presidente:** Rose de Freitas

**2º Vice-Presidente:** Eduardo da Fonte

**1º Secretário:** Eduardo Gomes

**2º Secretário:** Jorge Tadeu Mudalen

**3º Secretário:** Inocêncio Oliveira

**4º Secretário:** Júlio Delgado

**Suplentes de Secretários**

**1º Suplente:** Geraldo Resende

**2º Suplente:** Manato

**3º Suplente:** Carlos Eduardo Cadoca

**4º Suplente:** Sérgio Moraes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subcomissão Especial Rio+20  
Frente Parlamentar Ambientalista

**Ciclo de Palestras e Debates para a Rio +20  
em Busca de uma Economia Sustentável**

**ENERGIA**

Conferência das Nações Unidas sobre  
Desenvolvimento Sustentável – Rio+20





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS ATIVIDADES  
DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (RIO+20)**

**Presidente: Deputado SARNEY FILHO**  
**Vice-Presidente: Deputado MÁRCIO MACÊDO**  
**Relator: Deputado RICARDO TRIPOLI**

**TITULARES**



**Sarney Filho**  
PV/MA



**Márcio Macêdo**  
PT/SE



**Leonardo Monteiro**  
PT/MG



**Ricardo Tripoli**  
PSDB/SP



**Giovanni Cherini**  
PDT/RS



**Fernando Jordão**  
PMDB/RJ



**Valdir Colatto**  
PMDB/SC



**Rebecca Garcia**  
PP/AM



**Filipe Bornier**  
PSD/RJ



**Givaldo Carimbão**  
PSB/AL

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS ATIVIDADES  
DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (RIO +20)**

**SUPLENTES**



**Fernando Ferro**  
PT/PE



**Marina Santanna**  
PT/GO



**Antônio Roberto**  
PV/MG



**Antonio Carlos Mendes  
Thame (PSDB/SP)**



**Bernardo Santana de  
Vasconcellos (PR/MG)**



**Miro Teixeira**  
PDT/RJ



**Augusto Carvalho**  
PPS/DF

## PREFÁCIO

Com grande contentamento apresento aos leitores essa publicação que resume a participação de brasileiros, nas cinco regiões do País, comprometidos com uma das causas mais relevantes da agenda internacional, que é o alcance da sustentabilidade ambiental e social das ações humanas.

Todos nós estamos sentindo, em nosso cotidiano, os efeitos perversos do mau uso que nossa civilização tem feito dos recursos naturais e dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.

Corrigir o curso da economia, tendo em vista menor impacto sobre o ambiente e mais justiça no usufruto das benesses do crescimento econômico, é objetivo do mais alto relevo a ser debatido na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Rio+20.

Como tornar viável o entendimento entre os diversos países a respeito de suas contribuições para que essa nova economia gane escala e se sustente no ambiente de enorme interdependência comercial que hoje vivemos, é outro desafio colocado para a Conferência.

A Câmara dos Deputados não poderia furtar-se a participar de evento de tamanha envergadura e mais que isso, a colaborar com o debate da forma mais democrática possível, ou seja, reunindo numa publicação as diversas posições e os alertas de cientistas, dirigentes, parlamentares e sociedade civil de todas as regiões do País sobre os problemas ambientais mais prementes dos biomas em que vivem.

O tema ambiental tem estado em constante debate nos fóruns dessa Casa que, além de acolhê-lo como conteúdo formulador de necessárias políticas públicas, o incorporou em seu cotidiano institucional.

Desde 2003, temos em funcionamento e em constante expansão as ações do Comitê de Gestão Ambiental – Eco Câmara –, visando a incorporação da sustentabilidade nas atividades administrati-

vas e operacionais da Casa. Nossa meta é ser um polo de excelência na promoção de ações sustentáveis na esfera governamental.

A gestão socioambiental na Câmara dos Deputados tem promovido a sustentabilidade nos novos projetos arquitetônicos e na reforma dos prédios, na redução do desperdício e na promoção do reaproveitamento e da reciclagem dos materiais utilizados nas rotinas administrativas da Casa, na inserção da questão ambiental nos editais de compra e contratação de serviços, no uso sustentável do papel, com orientações para a economia na impressão e com a Pauta Eletrônica, na eficiência energética da tecnologia da informação e no sistema de transporte mais sustentável, com a eco lavagem de sua frota oficial, o novo bicicletário e os ônibus novos movidos a biodiesel, entre outras ações.

Entendo que a incorporação da sustentabilidade à rotina dos processos produtivos de bens e serviços, esverdeando a economia, é algo que nossa geração tem de assumir como a maior de suas responsabilidades.

Nos fascículos dessa publicação, o leitor vai encontrar inúmeras razões para começar suas ações sustentáveis.

De Manaus a Porto Alegre, gente muito preocupada, mas também muito inspirada, irá convencê-lo da urgência do trato dos problemas ambientais brasileiros, se queremos continuar a potência energética e ambiental que temos sido por natureza.

No tempo em que estaremos recepcionando, 20 anos depois da Rio 92, uma nova Cúpula de Meio Ambiente da ONU, nada mais oportuno que termos em mãos diagnósticos e propostas sobre a sustentabilidade ambiental e social do Brasil. Este é o conteúdo desta publicação, o qual desejo que os senhores bem aproveitem.

**Deputado Marco Maia (PT-RS)**

*Presidente da Câmara dos Deputados*



# SUMÁRIO

Apresentação .....	11
Rio+20: eventos preparatórios -Recife - Energia, sustentabilidade e o caso brasileiro .....	15
Hélio Gurgel Cavalcanti .....	18
Hélvio Polito Lopes Filho .....	18
Marijane Lisboa .....	18
Mário Mantovani .....	19
José Humberto Cavalcanti .....	20
Sarney Filho.....	20
Everaldo Alencar Feitosa .....	21
Klemens Augustinus Laschefski.....	25
Sérgio Leitão .....	30
Bruno Ribeiro de Paiva .....	35
Klemens Augustinus Laschefski.....	46
Everaldo Alencar Feitosa .....	47
Sérgio Leitão .....	49
Bruno Ribeiro de Paiva.....	51
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável....	54
Frente Parlamentar Ambientalista.....	56
Agradecimentos .....	67
Contatos .....	69



## APRESENTAÇÃO

Essa publicação apresenta os resultados do Ciclo de Palestras e Debates para a Rio+20, os “Encontros Rio+20”, organizados pela Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados dedicada a essa matéria e pela Frente Parlamentar Ambientalista. Os Encontros tiveram o propósito de envolver as várias regiões do Brasil na preparação da Conferência Rio+20 da Organização das Nações Unidas.

Temos a enorme satisfação de apresentar essa publicação ao público brasileiro às vésperas da Rio+20, pois esse trabalho revela a varredura que fizemos no País para detectar as percepções das diferentes regiões e biomas quanto às expectativas da sociedade brasileira diante de uma nova Cúpula Mundial, 20 anos depois da Rio 92.

No decorrer dos debates, diversos diagnósticos e propostas para os principais problemas ambientais do País foram surgindo e o material resultante, aqui apresentado, destaca-se pela qualidade das análises e consistência dos argumentos, vindos de cientistas, de dirigentes, de jornalistas, da sociedade civil organizada, da classe política e do público interessado.

Foram cinco os temas debatidos: 1) Biomas; 2) Recursos hídricos; 3) Meio ambiente urbano; 4) Energia; 5) Segurança alimentar. Os debates foram orientados segundo os dois eixos básicos da Rio+20: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e as alternativas para uma melhor governança, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Os “Encontros Rio+20” foram realizados em Manaus, Cuiabá, São Paulo, Recife e Porto Alegre, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Em março de 2012, um último Encontro - Em Busca de uma Economia Sustentável – ocorreu em Brasília, na Câmara dos Deputados, com o tema: Economia Verde.

Interessante notar que a Frente Parlamentar Ambientalista foi criada em 1997, exatamente com o objetivo de colocar em prática

os compromissos da Rio-92. Sua peculiaridade, comparada a outras frentes parlamentares, é ser formada por deputados e senadores, além de trabalhar em parceria com a sociedade civil e com os setores produtivos mais avançados da economia brasileira na percepção da sustentabilidade.

Desde seu início, a Frente enfatizou a necessidade de o desenvolvimento sustentável ser tratado de forma transversal no governo, abrangendo todas as políticas públicas, e a necessidade da criação de instrumentos econômicos para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, ultrapassando a mera preocupação com instrumentos de comando e controle. Vem atuando tanto para o nascimento de novas leis ambientais quanto para evitar, nos últimos anos, o retrocesso da legislação ambiental já consolidada, devido à demanda por crescimento econômico que tem caracterizado o País nos últimos tempos.

A Subcomissão Rio+20, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, tem atuado, desde sua criação, em consonância não apenas com a frente Parlamentar Ambientalista, mas com as outras subcomissões de mesmo conteúdo na Câmara e no Senado, tendo em vista dar relevo aos temas da Conferência na agenda política brasileira.

Com o conteúdo dessa publicação em mãos, ou seja, partindo da realidade ambiental brasileira, esperamos contribuir com os debates que terão lugar durante a Conferência da ONU.

A realização da Rio+20 deve provocar questionamentos em nossa sociedade quanto à necessidade premente do Brasil se envolver mais e mais com as questões globais e, em particular, com as questões ambientais de alcance planetário.

Mesmo que otimistas com o crescimento econômico galgado nos últimos anos, não devemos perder de vista a necessidade de adaptar nossa economia e nossas metas de crescimento ao objetivo maior de descarbonização de nossos processos produtivos, e de ampliarmos nossa visão para uma participação mais coerente na necessária construção de uma governança global.

Vivemos um mundo interligado e cada vez mais interdependente. Essa realidade está expressa no modo como produzimos, como fazemos nossas transações comerciais, como nos relacionamos culturalmente. Grande parte das tecnologias informacionais e de comunicação, vigentes e potenciais, convergem para aprofundar ainda mais essa realidade.

Se a civilização construiu esse estado de coisas por sua evolução histórica, os ecossistemas, ao contrário, foram desde sempre interligados e interdependentes.

Quanto mais interdependentes nos tornamos, e esse é um caminho aparentemente irreversível, mais carentes de governança global nos percebemos.

Esperamos que a Rio+20 seja palco para que se intensifiquem os entendimentos nesse sentido e que a sociedade brasileira, como fez em 1992, mostre-se plenamente comprometida com a sanidade ambiental do Planeta.

Ao passar os olhos pelo conteúdo dessa publicação, o leitor pode apropriar-se do estado atualizado dos problemas ambientais brasileiros. Esse conhecimento certamente irá incentivá-lo a apoiar iniciativas de economia verde que ultrapassem interesses econômicos imediatos e iniciativas de negociação que levem à uma governança mundial que privilegie a integridade da civilização humana, hoje apenas possível num ambiente de sustentabilidade social e ambiental.

Boa leitura.

### **Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)**

*Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Líder do Partido Verde, Presidente da Subcomissão Rio+20 da CMADS, Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista e da Bancada Federal do Maranhão*

### **Deputado RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP)**

*Relator da Subcomissão Rio+20 da Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Coordenador do GT FAUNA da Frente Parlamentar Ambientalista e Vice-líder do PSDB na Câmara dos Deputados*



*Mesa de abertura*

# RIO+20: EVENTOS PREPARATÓRIOS

## RECIFE

16 de dezembro de 2011

### ENERGIA, SUSTENTABILIDADE E O CASO BRASILEIRO

Relatoria do evento: *Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo*<sup>1</sup>

No âmbito dos eventos preparatórios para a Rio+20 promovidos pela Frente Parlamentar Ambientalista (Frente), a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMADS) e seus parceiros, ocorreu em Recife (PE), no dia 16 de dezembro de 2011, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, seminário para debater o tema “energia”.

No Brasil, a participação da energia renovável na matriz energética brasileira é alta, refletindo vantagem comparativa de relevo comparativamente com outros países. Em 2010, segundo os dados mais recentes do Balanço Energético Nacional<sup>2</sup>, as fontes renováveis responderam por 45,4% do total da energia consumida.

Em nosso país, 87,1% da eletricidade vem de fontes renováveis. O percentual nesse sentido, contudo, já esteve acima dos 90%. No ano de 2010, houve aumento de 48,2% em relação ao ano de 2009 na geração elétrica com fontes não renováveis, com intensificação do uso de gás natural e derivados de petróleo.

No mesmo período, a geração elétrica por fontes renováveis cresceu apenas 5%. Cabe destacar o crescimento significativo do uso

---

<sup>1</sup> Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados, da área de meio ambiente. Urbanista e advogada, mestre e doutoranda em ciência política.

<sup>2</sup> Esse percentual e outros dados inclusos nessa apresentação inicial foram obtidos no Balanço Energético Nacional elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética. Ver: BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. Balanço Energético Nacional 2011 – Ano base 2010: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: EPE, 2011. Disponível em: [https://ben.epe.gov.br/downloads/Resultados\\_Pre\\_BEN\\_2011.pdf](https://ben.epe.gov.br/downloads/Resultados_Pre_BEN_2011.pdf). Acesso em: 28 fev. 2012.

da energia eólica, que apresentou aumento de 50,5% quando comparados os anos-base de 2010 e 2009. A energia eólica vem ganhando competitividade no mercado nos últimos anos.

Em 2010, 86% da energia de fontes renováveis ofertada no país tinha origem hidráulica. Nosso país possui um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo. Deve ser considerado que a inundação advinda das grandes hidrelétricas responde por problemas complexos, notadamente os referentes à necessidade de deslocamentos populacionais. Nem sempre as compensações requeridas na fase de licenciamento ambiental dessas obras conseguem enfrentar devidamente os problemas causados por eles, seja no meio socioeconômico, seja nos ecossistemas afetados.

Esses dados são base importante para que sejam compreendidos os debates ocorridos no seminário preparatório para a Rio+20 realizado em Recife. Foram analisadas as perspectivas das chamadas “energias alternativas”, bem como os principais problemas do quadro atual da política energética no país.

Participaram da mesa de abertura do evento em tela:

- HÉLIO GURGEL CAVALCANTI – Diretor-Presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco (CPRH/PE);
- HÉLVIO POLITO LOPES FILHO – Secretário Executivo de Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco;
- MARIJANE LISBOA – representante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e relatora de direito humano ao meio ambiente da Plataforma DHESCA (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Culturais, Sociais e Ambientais);
- MÁRIO MANTOVANI – Diretor da Fundação SOS Mata Atlântica;
- JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI – Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco; e
- SARNEY FILHO – Deputado Federal e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista.



Por sua vez, foram escolhidos para apresentar análises críticas sobre o tema “energia” no seminário:

- EVERALDO ALENCAR FEITOSA – Diretor-Presidente do Centro Brasileiro de Energia Eólica (CBEE) e Vice-Presidente da Associação Mundial de Energia Eólica (WWEA);
- KLEMENS AUGUSTINUS LASCHEFSKI – professor-adjunto com ênfase em ecologia política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- SÉRGIO LEITÃO – advogado e Diretor de Campanhas do Greenpeace Brasil; e
- BRUNO RIBEIRO DE PAIVA – Diretor-Executivo do Instituto Dom Helder Câmara e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDS).

O **SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI**, da CPRH/PE, destacou a recente aprovação da Lei Complementar nº 140/2011, que trata da cooperação entre os entes federados em matéria ambiental, bem como a nova lei de licenciamento ambiental do Estado de Pernambuco [*datada de 2010, anotação da relatora*]. Colocou também em relevo os esforços de atendimento mais eficiente da demanda por licenciamentos no estado, mediante o licenciamento eletrônico inclusive. Explicitou a importância dos debates sobre a Rio+20.

O **SR. HÉLVIO POLITO LOPES FILHO**, da secretaria estadual de meio ambiente, salientou o envolvimento do Estado de Pernambuco com as questões ambientais:

Acabamos de entregar este ano o primeiro plano estadual para o enfrentamento de mudanças climáticas do País. Somos o primeiro Estado a ter esse instrumento [...].

Temos uma linha de atuação de enfrentamento à questão da desertificação, tendo o primeiro plano estadual entre os onze Estados da Federação que possuem semi-árido a enfrentar a questão da desertificação e a mitigação dos efeitos da seca; nós temos uma atuação do ponto de vista do planejamento ambiental muito forte, que, somada à militância ambiental de Pernambuco, confere ao Estado um *status* de realmente ter o que dizer ao Brasil em relação a essas questões de sustentabilidade.

A **SRA. MARIJANE LISBOA**, da Plataforma DHESCA, fez comentários sobre a necessidade de se aprofundarem as discussões sobre os temas ligados à Rio+20. Em suas palavras:

[...] esses temas ligados à Rio+20 estão absolutamente nas nossas portas dentro de meses, e a discussão no Brasil e no mundo ainda está absolutamente verde — verde no mau sentido, não no sentido ambientalista da coisa.

Destacou problemas relacionados à área de energia, como os decorrentes das grandes hidrelétricas e da exploração de urânio, concluindo pela necessidade de se reformularem os debates sobre energia de forma geral:

Hoje, particularmente, eu tenho especial interesse em discutir as questões ligadas à energia, até porque, como relatora de direito humano ao meio ambiente, eu fui responsável por realizar duas missões nas duas grandes hidrelétricas — três na verdade, porque Madeira é um complexo. São duas hidrelétricas, Jirau e Santo Antônio, e Belo Monte. Os relatórios das duas missões estão, para quem tiver curiosidade de ler, no site da Plataforma DHESCA [...].

[...] a minha última missão foi no sul da Bahia, em Caetité, cidade que sofre com a presença da primeira mineração de urânio no país. Infelizmente há planos para abrir outras delas. E essa cidade tem um problema bastante grave, principalmente a população que vive no entorno da mina, de contaminação e de ausência de água, porque a mineração consome muita água. [...]

A discussão de energia [...] precisa ser inteiramente modificada. Em vez de discutir como gerar energia e onde gerar energia, devemos discutir para quê gerar energia e quanto de energia queremos gerar. E aí colocar princípios políticos e éticos nessa discussão que estão até agora ausentes. Essa discussão é sempre apresentada como uma discussão técnica, e não como ela é: uma discussão eminentemente política.

**O SR. MÁRIO MANTOVANI**, da SOS Mata Atlântica, colocou em relevo a atuação da sociedade civil na Frente Parlamentar Ambientalista e o papel dos esforços nesse sentido na formulação das políticas públicas, mencionando a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e os problemas relacionados à elaboração da nova lei florestal. Sobre a Rio+20, afirmou:

Eu quero lembrar que a sociedade civil já vem fazendo um trabalho há muito tempo com relação à Rio+20. Esse debate estava muito atrasado no Governo e mais atrasado ainda no Parlamento. Quando nós levamos isso para a Frente Parlamentar Ambientalista, decidimos fazer essa reunião de forma descentralizada em vários lugares do Brasil, discutindo floresta na Amazônia, discutindo água no Pantanal, discutindo aqui com vocês energia, a questão urbana em São Paulo e vamos discutir a questão da segurança alimentar no Rio Grande do Sul. Tudo isso para que tenhamos informação qualificada para, junto com as Assembleias Legislativas, com o Legislativo Federal e até mesmo com os Vereadores, trazer esse tema que é muito importante para nós.

O **SR. JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI**, da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, salientou a relevância do seminário em termos de coleta de subsídios para a Rio+20, mencionou audiência pública ocorrida sobre usina termelétrica a ser instalada no Distrito de Suape (PE) e fez comentários sobre o intenso envolvimento do Legislativo estadual nos debates relacionados ao meio ambiente.

O **SR. SARNEY FILHO**, coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, apresentou uma explanação geral sobre a Rio+20 e os esforços preparatórios a ela relacionados. Nas suas palavras:

Em junho, líderes de todo o mundo estarão no Rio de Janeiro participando da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Dois eixos de discussão foram definidos: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável.

Serão vinte anos desde as primeiras tentativas de entendimento mundial para que se evitasse que chegássemos exatamente onde estamos agora: em situação de risco continuamente aumentado de que mudanças climáticas, erosão de biodiversidade, desertificação, entre outras mazelas, ameacem a segurança da vida no planeta, resultem em perdas humanas e materiais, causem sofrimento extremo à humanidade. [...]

Não há outra opção. Ou damos sustentabilidade às nossas ações no planeta, ou as futuras gerações não terão como se manter.

[...] é preciso compreender a Rio+20 como um grande processo de discussão envolvendo duas instâncias: os governantes e a sociedade. No momento em que estamos aqui, os governantes dos diversos países estão discutindo os documentos internacionais que poderão ser firmados durante o evento no Rio, analisando os termos, os detalhes do que vai ser acordado, o que pode ser assumido diante dos demais governantes, grande parte deles balizada pela opinião pública de seus países. Até chegar à Rio+20, os diferentes países irão se posicionar internamente, avaliando os efeitos da adoção de metas preconizadas pela ONU. Lá poderão ser verificados tanto o avanço quanto o retrocesso no posicionamento dos Estados e, conseqüentemente, nas ações globais.

O sucesso da conferência vai depender das pressões feitas pelos grupos políticos ou econômicos de cada país e da comunidade internacional. Hoje, os países integrantes da ONU têm metas ambientais, ainda que tímidas, a serem alcançadas. Cabe à sociedade como um todo cobrar o cumprimento das metas ambientais já firmadas e, mais importante, cobrar a pactuação de medidas mais eficazes do que as atualmente existentes, visando assegurar padrões sustentáveis de desenvolvimento.

O nosso objetivo é o de conclamar a sociedade a participar dos eventos que antecedem a Rio+20. Os debates que hoje iniciamos inserem-se nesse esforço. [...]

Recentes pesquisas produzidas pela *Market Analysis* dão conta de que, num universo de nove capitais, somente 11% das pessoas estão muito ou parcialmente familiarizadas com a Rio+20. Há um distanciamento do evento. Isso não é nada bom. Afinal, os temas tratados são afetos a todos nós.

A Frente Parlamentar Ambientalista, em conjunto com a Subcomissão da Rio+20 instalada pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e em parceria com instituições públicas e ONGs, tenta modificar esse quadro de distanciamento e trazer a população para o debate, ao promover uma série de eventos tratando de temas mais relacionados aos brasileiros. É uma contribuição ao debate, mas principalmente mais uma forma de evitar que a Rio+20 resulte em fracasso.

O primeiro palestrante, **SR. EVERALDO ALENCAR FEITOSA**, do CBEE, iniciou destacando o pioneirismo do Estado de Pernambuco no que se refere à energia renovável:

Nós tivemos aqui, há mais de 25 anos, a primeira central solar do país. Era uma cooperação com o governo da França. Foi instalada em algumas unidades e não funcionou. Quer dizer, talvez o Estado estivesse muito à frente da realidade.

Tivemos também uma experiência inédita, mais ou menos na mesma época, há 25 anos: a da primeira comunidade, de cinquenta a cem casas, a funcionar unicamente com energia renovável, a chamada Ilha Energética de Gravatá. [...] Essa comunidade concebida há 25 anos ia funcionar com energia solar, com energia eólica; e alguns motores funcionariam a álcool produzido a partir da mandioca. Foi uma experiência que também não deu certo.

[...] há aproximadamente 25 anos decidimos instalar [...] a primeira grande turbina eólica do País, na entrada da cidade de Olinda [...].

Essa turbina funcionou. Acho que foi o primeiro caso concreto de um projeto-piloto e pioneiro que conseguiu contribuir para um grande programa nacional que tivemos, a partir da crise da energia, que foi o PROINFA. O Estado de Pernambuco realmente tem essa história, talvez de fracassos e sucessos, mas uma história muito concreta.

Posteriormente, nós tivemos também a instalação, em Fernando de Noronha, da primeira unidade em ilhas do planeta. Incrível! É a maior unidade no planeta, onde instalamos uma turbina eólica para gerar 10% da energia consumida em Fernando de Noronha.

Na sequência, o palestrante procurou mostrar experiências concretas de aplicação da energia eólica e as perspectivas nesse sentido, **com ponderação especial quanto aos aspectos econômicos e de geração de emprego** referentes à região Nordeste do país, mencionando também o potencial da energia solar [*grifos da relatora*]:

[...] A região Nordeste do Brasil é a que apresenta praticamente 80% das possibilidades de aplicação de energia eólica, o que é uma grande vantagem. Posteriormente, para se saber se existe ou não potencial econômico nessa localização, é preciso colocar torres de medidas no local. [...]

Para o petróleo, é preciso fazer dez furos, estatisticamente, para encontrar um poço realmente viável. Em energia eólica, precisamos instalar dez torres de cem metros de altura com medidores de vento – direção, turbulência, pressão e temperatura – medindo a cada segundo, para determinar se temos ou não potencial econômico-financeiro para investir naquela região.

Um ponto fundamental para a transformação da Região Nordeste na região de maior uso *per capita* de energia renovável do planeta é esse gráfico aqui [...].

Esse gráfico mostra, na curva verde, o comportamento da vazão do rio São Francisco. Os senhores podem ver que há um momento mais alto, e, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, a vazão do rio é menor. Curva verde, vazão do rio. A curva em amarelo é a chamada vazão do vento. Então, no momento em que temos uma vazão baixa do rio São Francisco, que contribui com praticamente mais de 90% da geração de energia na região, temos vazão de vento excelente. Então, essas duas fontes, a fonte hidráulica, que é renovável e limpa, junto com a fonte eólica, que também é renovável e limpa, são altamente complementares e casadas.

O ponto importante que vou mencionar é que fizemos um estudo dentro da Associação Mundial de Energia Eólica para saber onde existiria

um casamento tão perfeito da natureza como esse, com representantes dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, países da Europa, Nova Zelândia, e concluímos que não existe nenhum local no planeta com um casamento tão perfeito quanto este.

[...] Na região Nordeste, se complementarmos a hidráulica com vento, não precisamos de mais nenhuma fonte térmica. Não precisamos de gás natural, óleo combustível, diesel, tampouco de fonte nuclear. Estamos nos baseando unicamente no aspecto do comportamento das jazidas, ou, melhor dizendo, dos combustíveis ou da matéria-prima. Isso é muito importante.

[...] Legislação brasileira. Vamos voltar um pouco na história para ver aonde chegamos. Tivemos uma lei aprovada pelo Congresso, em 26 de abril de 2002, quando houve aquela grande crise de energia. Essa lei é chamada Lei do PROINFA – Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Essa lei foi muito criticada naquele momento, porque dava grande incentivo à contratação de fonte eólica, de biomassa e a pequenas centrais hidráulicas, mas ela foi muito importante para o momento atual.

Depois disso, o que nós temos? Nós temos hoje o governo contratando energia através de leilões. O que significa isso? O governo contrata energia baseado unicamente no preço. Esse é um ponto importante. E vou dizer a vantagem, mais uma vez, do país nesse contexto.

Se vamos ter determinada quantidade de energia contratada por ano pelo governo, todas as fontes vão competir entre si, unicamente com base em preço. O que aconteceu no Brasil, nos dois últimos anos? Quando o governo abre uma licitação para compra de energia – em outras palavras, quando a ELETROBRAS vai comprar energia para, posteriormente, vender às concessionárias estaduais, que por sua vez vendem para os consumidores industriais, comerciais e residenciais –, o importante é o preço. Então, existe uma competição saudável entre todas as fontes eólica, biomassa, gás natural, petróleo, diesel, todas elas. O que aconteceu no Brasil? A fonte mais barata dos últimos dois leilões foi a eólica. Então, aqui quebramos o mito, e acho que isso ainda não é divulgado de forma correta. **A energia mais barata hoje no país é a eólica.**

Nós temos um crescimento exponencial. Mas, além disso, o que nós temos no Brasil? Nós temos o menor preço de energia eólica do planeta. Senhores e senhoras, estamos aqui num momento histórico e único do país. Vejam os preços comparados de energia eólica ali. Na Espanha, 168 dólares o megawatt-hora. Depois vemos África do Sul, Canadá, Índia. E no Brasil, através dos chamados leilões, 74 dólares o megawatt-hora. Significa que a energia é mais barata, a energia que o

consumidor vai pagar também é mais barata, e temos uma possibilidade de utilizar cada vez mais uma energia limpa e renovável.

[...] Com essa visão e essa revolução da energia eólica, entre os anos de 2013 e 2015 [...], o Brasil estará entre os dez maiores produtores de energia eólica.

No ano 2020, estaremos entre os cinco maiores produtores de energia a partir do vento no mundo. Só estaremos atrás de China, Estados Unidos e Alemanha. Esse é um ponto importante.

E o que acarreta essa revolução de energia limpa, renovável e barata? Acarreta investimentos anuais de dez bilhões de reais concretos. Isso não é brincadeira. Há fábricas em todo o país, mais de dez fábricas internacionais, empresas montadoras. Estamos tratando de empresas montadoras, da mesma forma que a indústria automobilística. Aqui em Suape nós temos três empresas. Essas empresas têm a tecnologia e vão subcontratar os componentes no mercado. O que aconteceu nas décadas de 50 e 60 no Brasil, em São Paulo, na revolução industrial com a introdução do automóvel, está acontecendo agora na região Nordeste com o setor eólico. Dez bilhões em investimentos e empregos. Seis mil empregos em dois anos. Pronto!

Vou falar um pouco sobre emprego. Fala-se muito em refinaria. A refinaria de petróleo em Pernambuco, em Suape, deve gerar, quando pronta, algo como setecentos a oitocentos empregos. [...]

Na semana passada tivemos [...] o anúncio pelo Governador Eduardo Campos de outra empresa concluindo a cadeia produtiva do setor eólico, outra empresa com mais de 1.500 empregos. Só no Porto de Suape nós teremos, até o próximo ano, algo como três mil empregos do setor de energia eólica unicamente, mais do que toda a cadeia com térmica, com petroquímica, com refinaria etc.

[...] A mais moderna fábrica de torres do planeta foi instalada em Suape recentemente e gera seiscentos empregos. Cada torre tem altura total de cem a 150 metros, sem falar em guindastes, componentes elétricos, componentes mecânicos, eletrônicos etc.

O que nós temos, como visão de região – não é visão de futuro, é visão de presente –, é que é importante unicamente manter esse ritmo de investimento, divulgar cada vez mais as perspectivas e essa competitividade do setor.

Nós estamos falando de eólica, mas é evidente que também temos um mercado gigante de energia solar. Da mesma forma que temos uma das melhores jazidas do mundo de energia eólica na região Nordeste, quanto à energia solar, as jazidas, ou melhor, o tempo de insolação que nós temos na região Nordeste só é inferior ao da Arábia Saudita. As



regiões do interior de Pernambuco, do Piauí, do Ceará, da Bahia etc. também são muito ricas em energia solar. Daqui a dez anos, a energia solar já vai estar num nível tão competitivo quanto a eólica.

O segundo palestrante, **SR. KLEMENS AUGUSTINUS LASCHEFSKI**, da UFMG, indicado pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental, propôs-se a apresentar, do ponto de vista da ecologia política, uma visão sobre a política energética [*grifos da relatora*].

Eu vou primeiro lembrar, de forma bem genérica, porque esse modelo de desenvolvimento que está sendo implementado no mundo inteiro se tornou não sustentável.

[...] Só quero lembrar que a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento surgiu com a industrialização. Eu acho isso banal, todo o mundo sabe disso, mas esse é o modelo que mais está na moda, quando olhamos o mundo inteiro, sobretudo os países chamados subdesenvolvidos. Quem quer se desenvolver tem que seguir os modelos da Europa ou dos Estados Unidos. A dúvida é quanto tempo a nossa Terra aguenta essa carga que vem com esse modelo de desenvolvimento.

Em segundo lugar, vocês acompanharam como a industrialização é urbanização. Nós esquecemos de vez em quando que a vida moderna exige consumo de energia. Estou enfatizando isso porque nós temos muitos apelos dos políticos que falam que nós precisamos diminuir o consumo de energia, precisamos evitar andar de carro. Estão fazendo um apelo ao indivíduo, mas a estrutura espacial que nós temos não permite isso. É muito difícil, porque se mora num lugar, trabalha-se em outro, faz-se compras no *shopping center*. A estrutura espacial já torna a vida sustentável para o indivíduo quase impossível.

Quero chamar a atenção para o fato de que nós não podemos jogar a questão ambiental nas costas dos indivíduos. Nós precisamos de políticas abrangentes, políticas holísticas que tentem pensar a sociedade como um todo, inclusive as relações socioespaciais. Eu só queria lembrar isso. [...]

Esse modelo de desenvolvimento, como é bastante conhecido, provocou uma discussão ambiental que culminou, no ano de 1992, na Eco 92, no Rio, quando foram estabelecidas políticas internacionais bastante ambiciosas para alcançar um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

Temos também os novos órgãos internacionais, como o *Intergovernmental Panel on Climate Change* – ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas –, que alertou, no ano de 2007, que agora

realmente é tempo para agir. Nós precisamos mudar o nosso modelo de desenvolvimento. Foi reforçada essa ideia. Desde então, temos realmente uma intensificação na busca de alternativas energéticas. Grandes empresas entraram no negócio. Nós ouvimos agora as mudanças na legislação, que começaram em 2002, com o PROINFA.

Parece-me que estamos na época em que ideias antes consideradas meio malucas, sobre energias alternativas, estão se concretizando. As usinas eólicas, como ouvimos agora, eram sujeito de piadas há alguns anos. Hoje em dia nós podemos ver realmente uma mudança nessa visão.

Então, será que nós estamos realmente, agora, nessa virada da era fóssil para a era solar ou era eólica? Esse é o questionamento que eu faço.

Quando olhamos a situação atual no Brasil, parece que não é bem assim. Dizem que nós temos projetos, que temos um programa nuclear. O governo quer construir oito usinas nucleares, alegando que isso poderia contribuir para evitar as mudanças climáticas. Nós temos grandes projetos de hidrelétricas, como Belo Monte, que está sendo criticada no mundo inteiro. Belo Monte é um projeto emblemático da retomada do programa dos grandes projetos energéticos, que foi encerrado depois da Rio-92. Não houve mais financiamento para esses projetos, e justamente vinte anos depois surgem os mesmos projetos energéticos que provocaram as maiores discussões na Eco-92.

Nós temos termelétricas – várias estão sendo construídas no Brasil, como um plano emergencial de fornecimento de energia; em relação a gasodutos, a mesma coisa; nós temos a exploração de petróleo a pleno vapor – essa é uma grande contradição em relação à sustentabilidade, às mudanças climáticas; [...].

Então, não há sinais de que o Brasil esteja abrindo mão das soluções energéticas da era fóssil do desenvolvimento. Não identificamos isso. Mas se vendem velhas soluções energéticas como sustentáveis. Hidrelétricas, por exemplo. É energia limpa, é energia renovável, ou essas hidrelétricas estão acabando com modos de vida mais sustentáveis do que o nosso? Muitos vales são destruídos; o uso múltiplo dos rios está sendo destruído. Aquela energia renovável torna outros usos da terra insustentáveis. As terras férteis à beira do rio são perdidas para sempre. Então, precisamos questionar se essa energia é realmente limpa, justamente num país em que muita gente depende dos rios.

A energia nuclear está sendo apresentada como alternativa hoje em dia. Nós sabemos, depois do acidente de Fukushima, que isso implica grandes riscos. No Brasil, oficialmente se diz: “Aqui não temos terremotos, não temos tsunamis. Então, é uma energia segura.” Contudo,

a maior falha, nos acidentes nas usinas nucleares, é do ser humano. Em Fukushima, na verdade, foi a corrupção da empresa que construiu essas usinas que as tornou inseguras. Não podemos evitar isso. Nenhum país consegue evitar falhas humanas. Essa é uma das razões pelas quais a Alemanha desistiu dessa forma de energia. Contudo, com a contradição de estar financiando justamente Angra 3, o que torna a política alemã bastante questionável em relação a isso. Então, há alguma coisa por trás.

**A energia nuclear é insegura, e não sabemos onde botar o lixo atômico.** A explicação para isso são as pressões de empresas multinacionais, que têm grande interesse em vender esses produtos – e o Brasil está disposto a comprar esses produtos, por muito dinheiro – e os fins militares. A energia nuclear é usada para matar e não para a sustentabilidade.

[...] Quero também destacar que nós não temos uma política para energias alternativas. O PROINFA não promove alternativas energéticas – são energias complementares. A política atual parte do pressuposto de que o crescimento econômico depende do aumento interno da geração de energia. Com esse pensamento, usa-se qualquer tipo de energia. Então, nenhuma fonte não sustentável vai ser substituída pelas chamadas energias limpas.

Agora, precisamos saber para que e para quem é esse desenvolvimento. [...]

Grande parte da energia, por volta de 30% a 40%, é utilizada pelas chamadas indústrias eletrointensivas, que consomem energia sem gerar benefícios para o desenvolvimento do país.

[...] Então, o que podemos ver agora? Esse modelo energético que apenas visa, de forma abstrata, o desenvolvimento traz subdesenvolvimento, ou seja, expulsa as pessoas das terras, e nós não temos benefícios no mercado de trabalho. E aí precisamos repensar o que podemos fazer melhor.

Foi impressionante o que aconteceu no ano de 2001, quando tivemos apagão e resultados muito interessantes: o consumo doméstico caiu 19%. Muitas ideias criativas surgiram nessa época [...]. Em vez disso, o governo apostou em hidrelétricas, embora a razão da crise tenha sido a falta da água de chuva. Nós podemos verificar que nós temos uma estrutura política extremamente vinculada a um pensamento “jurásico”, que não tem capacidade de enxergar inovações que surgem do próprio povo – uma chance perdida nesse contexto.

E as hidrelétricas estão sendo construídas mesmo em zonas semiáridas, o que não faz sentido nenhum. Lá, é vento e solar – é muito mais apropriado.

Quero falar agora sobre legislação ambiental. A legislação ambiental é uma conquista da época da redemocratização do país. E nós podemos ver que, desde a sua criação, já tínhamos, na maioria dos casos, o descumprimento. Por exemplo: um artigo da legislação ambiental determina que todas as alternativas locais e geológicas têm de ser avaliadas [*a referência diz respeito às normas que regulam o estudo de impacto ambiental (EIA), anotação da relatora*]. Isso nunca é feito. Na verdade, quando há um projeto energético, temos de avaliar todas as alternativas técnicas, inclusive eólicas e solares e também a possibilidade do uso de biomassa. Isso não está sendo feito nos estudos ambientais. Discute-se apenas uma outra localização das obras, ou a modificação técnica da própria hidrelétrica. Não se discutem as alternativas do local, que podem, de vez em quando, ser muito mais econômicas do que a própria hidrelétrica.

[...] Agora, quando pensamos numa política energética, nós precisamos pensar de forma um pouquinho mais abrangente, mais flexível. Por exemplo: se os trinta bilhões que estão sendo gastos para a Usina de Belo Monte – 80% são pagos pela população, através de impostos – fossem empregados num programa para subsidiar o aproveitamento da energia solar [...]. Aquecedora solar é uma tecnologia simples que necessita de pouca formação das pessoas, ou seja, muito adequado para a situação social deste país. E conseguimos diminuir o consumo de energia nos horários de pico e facilmente abrir mão de usinas como Belo Monte ou Angra 3. Os cálculos já foram feitos por Célio Bermann e foram várias vezes apresentados. Então, há razão em construir esses megaprojetos, com esses danos sociambientais que eles têm?

Outra proposta é a de facilitar o acesso das redes de transmissão para produtor de energia independente, como compensação justa da energia produzida. Temos um forte controle desses geradores de energia sobre as redes de transmissão. Quando alguém inventa uma coisa ou produz energia solar no próprio telhado, normalmente, quando essa pessoa produz mais do que precisa, ele tem que pagar para colocar isso nas redes de transmissão. Isso tem de ser rompido. Ele tem que ter permissão para vender essa energia através das redes. E quando ele precisasse de energia, com produção independente, ele poderia comprar essa energia da rede pelo mesmo preço. Isso foi uma legislação implementada na Alemanha e, a partir daí, surgiu um enorme estímulo para fornecer energias alternativas. Isso é muito importante para aumentar a criatividade para outras soluções para a sociedade. [...]

Além disso, precisamos de uma outra forma, precisamos pensar na gestão, em vez de geração de energia, através de consultorias em serviços de gestão energética. Ou seja, as empresas não fazem mais dinheiro com a geração de energia, elas vão aos locais, dão dicas de como poupar energia para aumentar a eficiência das fábricas ou das casas particulares e fazem um planejamento de como reduzir energia na sua casa. Essa seria a transformação de geradores de energia em gestores de energia, para promover o uso eficiente da energia e também a suficiência energética, ou seja, pensar no que realmente precisamos.

[...] Também precisamos pensar no transporte nas cidades. Aqui temos os transportes coletivos. Podemos ver que durante a crise econômica, em 2008, tínhamos forte incentivo na indústria automobilística e nas obras de infraestrutura para gerar emprego e aumentar artificialmente a economia. Assim aconteceu no Brasil, na Alemanha e nos Estados Unidos.

Precisamos repensar esse modelo, mostrar claramente como ainda estamos vinculados ao modelo fóssil de energia.

O palestrante salientou, também, a importância dos processos participativos de decisão sobre as políticas públicas, em especial nos processos de licenciamento ambiental:

[...] Isso ainda está sendo feito a portas fechadas pelo governo. Precisamos de participação da definição dos objetivos de políticas desenvolvimentistas para a referida região, respeitando os potenciais econômicos, sociais, culturais e ecológicos do local.

Estou me referindo, por exemplo, a uma comunidade atingida por barragens, que sabia muito bem como melhorar a situação de vida sem destruir tudo o que eles têm lá no local. [...]

Nós precisamos da participação local na elaboração dos temas referentes aos estudos ambientais. Isso não está sendo feito, o estudo ambiental está sendo feito sem a participação da população e, assim, surgem muitos erros, porque os técnicos não conhecem a área, a população local conhece melhor.

Precisamos de completa transparência durante a elaboração desse estudo, garantir legalmente o controle social do processo de licenciamento. Esse é um aspecto muito importante, porque, por exemplo, nas audiências públicas, a população tem o direito de falar, mas ninguém registra isso de forma sistematizada. Assim, o que deve ser feito é responder, se houver, a algumas objeções da população local. Isso está na legislação alemã. Só assim ele tem direito de entrar na justiça quando as questões, as objeções não são respondidas. Interessante é que na

legislação também está previsto o mesmo procedimento. Isso só não é regulamentado na prática.

[...] O governo está facilitando o processo de licenciamento. No caso de Belo Monte, podemos ver que até direitos humanos não estão sendo respeitados. Os povos indígenas, com direitos constitucionais, não são ouvidos. Dessa forma, temos um retrocesso. As licenças são divididas. Licença para canteiro de obra, uma coisa que não existe juridicamente, foi imposta pelo governo, e o IBAMA executou. Assim, temos um esvaziamento da legislação ambiental atual, de forma extremamente autoritária.

[...] não só os movimentos sociais, não só os povos tradicionais, mas também a comunidade acadêmica está sendo desrespeitada pelo governo atual. [...]

A conclusão que nós tiramos agora é que a conjuntura atual indica uma crise profunda do sistema ambiental e da democracia. Nós temos um retrocesso. Na verdade, trata-se uma política energética que é melhor ser constituída como “Rio menos vinte”.

O terceiro palestrante, **SR. SÉRGIO LEITÃO**, do *Greenpeace* Brasil, iniciou destacando lutas históricas que tiveram lugar no Estado de Pernambuco, lembrando de Frei Caneca, Francisco Julião, Gregório Bezerra e Dom Hélder Câmara. Afirmou que os dois primeiros expositores já haviam explorado bastante bem a questão da “energia verde”.

Lembrou afirmação do primeiro palestrante sobre nosso potencial nesse campo, a fala: “*Nós temos muita sorte*”, para em seguida apresentar o seguinte questionamento: “*Onde está o nosso azar?*” A título de resposta, lembrou frase de um personagem de um livro clássico da história mundial, “*Júlio César*”, de Shakespeare. Em famoso diálogo nesse livro, Marco Antônio diz o seguinte: “*A culpa não é dos astros. A culpa é dos homens*”.

Para o palestrante, um exemplo bem característico dos problemas associados à questão energética estava na arquitetura do local de realização do seminário. Nas suas palavras:

[...] não haverá energia solar nem eólica no Brasil se não reformularmos os currículos de arquitetura, porque não é possível fazer uma sala como esta – e todo esse ar-condicionado, essas lâmpadas, esse carpete, essas almofadas de couro sintético. Eu estou vendo aquele pessoal lá

fora pescando. Vocês não estão tendo a mesma vista bonita que eu estou vendo aqui, bela, por sinal: aquele pessoal pescando nesse sol maravilhoso, e nós aqui aprisionados nessa ilha de calor, gerando toda essa energia, que vai precisar de térmica, de fóssil, de tudo isso que se possa imaginar que é necessário para mover o mundo.

Reforçou a afirmação de que a culpa é dos homens, e fez outra pergunta: *“De que homens ou de que mulheres?”*. Mencionou nesse ponto encontro do qual havia participado:

Aí eu me lembro de uma entrevista, de uma audiência a que fui, acompanhando um grupo de organizações ao Palácio do Planalto, falar com a então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ela era, naquele momento, coordenadora do grupo de trabalho interministerial que cuidava do combate ao desmatamento. A então Ministra-Chefe da Casa Civil, que tinha recém-saído do Ministério de Minas e Energia para ocupar o lugar do então Ministro José Dirceu, que havia sido demitido do cargo, no meio de uma conversa sobre as questões energéticas, onde surgia a questão a Belo Monte, bateu na mesa e disse: *“Se não for Belo Monte, então vai ser nuclear”*, [...].

O palestrante colocou em dúvida se há, realmente, espaço no país para as energias solar e eólica:

E não se acredita, porque a Presidenta sempre chamou essas energias de butique. [...] Então, essas energias eólicas e solares seriam uma espécie de uma energia chique para poucos e bons, mas que não resolveriam o problema real.

Se a Presidenta do país, a quem compete nos conduzir, do ponto de vista daquilo que a teoria da ciência política chama de a função de quem exerce o mandato número um do país, não acredita, como é que vamos fazer [...] do ponto de vista daquilo que é o investimento público?

Quando estamos falando de apoio como política pública, qual é a tradução disso? Orçamento do país. O que o país investe? Ou se tem tradução no orçamento público, ou se tem verba garantida, ou então se torna apenas um discurso que pode ser muito bom para ela fazer – como ela fez, no dia em que tomou posse, ao dizer que o Brasil vai se tornar uma potência ambiental e verde –, mas que a prática, as ações do dia a dia, traduz exatamente no oposto. E o oposto se traduz em quê? No fato de que, de todo o orçamento que o país vai destinar até o ano de 2020 para a área de energia, 70% são para combustível fóssil, são para viabilizar o Pré-Sal. Do um trilhão de reais que vamos investir em energia até 2020, 670 bilhões de reais são para viabilizar o Pré-Sal. Isso significa 70% do investimento. Então, a tradução concreta da

opção estratégica que faz o país é se abraçar com a energia do passado, não é vir aqui para o Nordeste viabilizar outras fontes, não é transformar o Nordeste em fornecedor de energia para todo o país.

Destacou que não apenas o Nordeste pode ser atendido pela energia gerada na região, mas todo o Brasil, em face de o sistema de distribuição ser interligado. O Nordeste poderia funcionar como uma grande jazida de vento e sol para o país:

Nenhuma fonte de energia no Brasil por si só é suficiente. Toda ela se baseia num sistema interligado. O que é bom, muitas vezes, tem aspectos ruins, porque quando alguém cochila em Furnas despenca o país inteiro, mas, ao mesmo tempo, significa todo um sistema de segurança. Então, se isto é verdade, se nós temos um sistema interligado, com essa capacidade de sol e de vento, daria para essa região definitivamente resolver todos os seus problemas, transformando-se na grande potência que vai fornecer energia para o país. E, ao contrário disso, não precisaríamos perder o tempo que perdemos discutindo no Congresso Nacional as regras dos *royalties* do Pré-Sal. Pelo contrário, talvez tivéssemos São Paulo brigando com Pernambuco pelas regras e recursos dos *royalties* do “Pré-Sol” ou do “Pré-Vento”.

Reforçou bem sua posição sobre o tema:

Se é verdade que temos essa capacidade, se os empregos são esses que são gerados, e já está dito em diversos estudos feitos, não foi à toa... Tive trabalho de tentar aprender um pouco mais, ou de suprir um pouco mais a minha ignorância, e pude descobrir que o Centro Brasileiro de Energia Eólica da Universidade Federal de Pernambuco, em 1998, publicou o primeiro Atlas Eólico da Região Nordeste. Depois de todos esses estudos, iniciativas e demonstrações práticas, o que se verifica hoje é que, na prática, o atraso comanda o país. Todo um sistema de atraso de decisão comanda o país.

Afirmou que a valorização do Pré-Sal tem até mesmo fundamentos culturais e tendência a fracassar. Segundo ele [*grifos da relatora*]:

Esse delírio de que vamos ter essa autossuficiência de petróleo tem um encontro na mente brasileira, nos nossos corações e até nos nossos bolsos – ou principalmente nos nossos bolsos – que é muito profundo, muito profundo.

Quando vimos o Presidente Lula, que esqueceu tudo o que disse... Quem se lembra do bordão do Presidente no primeiro mandato? “*Nós vamos plantar petróleo*”. [...]



No dia em que fomos falar com a Ministra Dilma, era Dia Mundial do Meio Ambiente, e o Presidente precisava tirar uma foto com os ambientalistas. Afinal, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o Presidente faz alguma coisa pelo meio ambiente. Então, viva o Dia do Meio Ambiente! Pena que o Dia do Meio Ambiente não é todo dia. Então fomos falar com a Ministra e acabamos indo ao gabinete do Presidente, onde havia aquele pote de mamona, que, depois, o Senador Requião, achando que eram frutinhas, quase comeu e quase morreu. Vocês se lembram disso? E o Presidente dizia: “Nós vamos plantar petróleo”. De repente, não mais do que de repente, isso foi esquecido. Isso foi varrido para alguma lata de lixo das propostas e planos governamentais, e só se fala no tal do Pré-Sal.

Aí o que fica é o seguinte: tudo bem, eu vim para cá de carro, depois de ter descido de um avião. Não vou ser hipócrita de dizer que não estou usando combustível fóssil. Todos nós o estamos usando. Mas isso não precisa nos tornar reféns desse combustível para todo o sempre, porque todo o mundo sabe também que quem é sério do ponto de vista de país, de pensamento de nação, está projetando em algum momento se livrar dessa dependência e buscar alternativas. E está usando os seus recursos que, agora, em função da crise econômica que varre a Europa e os Estados Unidos, se tornarão ainda mais escassos. E o que esses países estão fazendo? Estão investindo na busca de substitutos. A Alemanha está fazendo isso, os Estados Unidos estão fazendo isso, diversos países europeus estão fazendo isso. E o que o Brasil está fazendo? **O Brasil está se candidatando a ser fornecedor barato daquilo que muitos daqui a alguns dias não vão querer mais.** Vamos abrir uma churrascaria numa rua onde as pessoas estão diminuindo o consumo de carne porque se tornaram vegetarianas ou porque estão com as coronárias entupidas. Essa churrascaria pode quebrar. [...] Qualquer negócio mal dirigido pode quebrar. E o Pré-Sal pode ser um péssimo negócio para o país.

[...] A pergunta que fica, se forem estudar, é: esse Pré-Sal é para fornecimento interno? Não! Esse Pré-Sal é para exportar, é para atender, por exemplo, a demanda da China. Quem é que está viabilizando parte desse investimento? Os chineses. Eles vieram aqui e compraram antecipadamente – de um país que não tinha capacidade de investimento – ações de uma empresa criada para administrar o Pré-Sal, a tal da PETROSAL, se não me engano o nome, para, em troca disso, ter assegurado o fornecimento de petróleo por mais de quarenta anos ao preço de oito dólares o barril. Eu também queria isso. Se eu tivesse esse dinheiro, eu também investiria, porque ainda é um bom negócio. Agora, é um

bom negócio para a China. É um negócio da China, não é um negócio do Brasil.

Os Estados Unidos também querem. O Obama não esteve aqui este ano? Veio falar do quê, principalmente? De petróleo. Ele vai fazer investimento para explorar petróleo em águas profundas nos Estados Unidos? Talvez não. Ele talvez não esteja disposto a capitalizar, a investir todo o dinheiro dele numa energia que ele sabe que, daqui a pouco, terá que abandonar. E por outras questões, inclusive as tais das mudanças climáticas. E nós vamos nos candidatar a fornecer, de maneira barata, ao custo de todo esse investimento feito pelo país, uma energia que daqui a pouco outros não vão querer mais comprar. E o Brasil tem exemplos trágicos – trágicos! – por ter feito esse tipo de investimento.

Quem não se lembra do fracasso da borracha, no final do século XIX, na Amazônia? É uma história pouco conhecida. O Brasil fez todo um processo e um trabalho que custou muitas vidas para abertura das linhas telegráficas a fim de integrar as nossas fronteiras. Quando Cândido Mariano Rondon, o Marechal Rondon, fincou o último poste e esticou o último fio de telégrafo, inventaram o telégrafo sem fio. [...] Então, o Brasil é um país com essa tradição. Ele gosta de chegar atrasado ao futuro, adora. É aquela pessoa que sempre chega quando o avião já foi e o trem já partiu, e podemos mais uma vez estar repetindo esse erro histórico. E para quê? E para quê?

Então, há uma briga pelos royalties entre o Estado do Rio de Janeiro, que diz que precisa dos *royalties*, e Recife, Pernambuco ou Ceará, que também querem os *royalties* do Rio de Janeiro. Mas o Estado do Rio de Janeiro gasta 70% disso para pagamento de pessoal.

Quando você vai olhar o investimento sem essa tecnologia é zero, porque é zero, casa, dízima periódica, zero, vírgula, zero, zero, zero, zero. Então, essa conversa de que vai investir em ciência e tecnologia, de que o Pré-Sal vai significar o preparo do país para o futuro é conversa furada, furada. Tudo isso vai significar rodar, como se roda o dinheiro público em torno da máquina governamental, das despesas de custeio, sem nenhum investimento estratégico.

[...] Essa história não é dos fracassos, mas é a história dos erros, da incompetência e da falta de vontade das políticas públicas no Brasil, que não querem apoiar nenhum tipo de iniciativa que não passe pelo controle da máquina e de tudo aquilo que significou ao longo de toda a história do Brasil, de quem domina o setor elétrico no Brasil, quem projeta, quem planeja.

Belo Monte é bom antes de tudo para as empreiteiras, antes de tudo, porque ali vai significar a abertura de um volume de terra maior do que aquilo que foi feito no Canal do Panamá. Essa é a história que não se conta, é a história que não se fala. Quantos parques eólicos seriam possíveis fazer com Belo Monte? Quantos? Quanto de investimento em ciência e tecnologia poderia ser feito na cidade de Recife?

Na visão do palestrante, essas questões precisam ser colocadas, porque só elas podem a condição de permanente obstrução à resolução dos problemas do país, porque há gente que ganha e há muitos que perdem. Há poucos que ganham e há muitos que perdem. Essa seria a tradição no Brasil.

Finalizando, o palestrante retomou os comentários sobre o potencial da região Nordeste na área de energia:

Quem tem que pagar *royalty* para o Nordeste é o Brasil como um todo. É isso que vai tirar essa região do secular atraso em que ela esteve inserida, sem que isso se traduza no Brasil fazer todo um investimento que resultará em energia nuclear, energia térmica ou energia fóssil, com todas as suas matrizes, significando o agravamento, por nós, do problema do aquecimento global.

Recife, Pernambuco, tem o que dar para o Brasil. Pena que o Brasil não queira comprar.

O último palestrante, **SR. BRUNO RIBEIRO DE PAIVA**, membro do CEDS, optou por falar sobre o papel central do diálogo, da participação e da mobilização da sociedade na solução da questão energética, lembrando que esses elementos não marcaram a história brasileira e a definição de nossa matriz energética. Na sua visão [*grifos da relatora*]:

[...] O Brasil parece que não está enfrentando o desafio do conhecimento e da tecnologia para não ser gigolô do passado. E essa não é questão apenas do governo, mas da sociedade, [...].

Vamos refletir um pouco. Hoje aqui alguém falou que ficou preocupado com a COP 17 e, há um tempo, ficamos com Copenhague. Acho que elas nos mostraram que os governos sozinhos não darão conta de fixar metas com seriedade e com poder legal. Ou somos nós que pressionamos por meio da sociedade mobilizada, ou eles não darão conta. A China e a América, os dois principais poluentes, jogaram agora para 2015, projetaram para 2020 e, no meio desse caminho, darão um beijo

em todos nós, se não nos mobilizarmos, se a sociedade não propuser, como hoje vocês estão fazendo aqui. [...]

Também quero compartilhar um pouco sobre esses conceitos, sobre o papel da sociedade, o papel da energia. Quero lembrar que nós não estamos mais num mundo onde as soluções locais sejam possíveis. Isso é um belo desafio, uma bela convocação. Não adianta o Brasil apenas fazer sua tarefa, o mundo todo tem que fazer. Isso é muito estimulante, não vamos ser pessimistas, mas vamos acreditar que isso vai ocorrer, vamos lembrar o que houve nesses vinte anos, da Eco 92 até aqui, não com pessimismo, mas com realismo, como o mundo mudou, e não mudou para melhor. Portanto, coloco o desafio de agirmos com mais velocidade agora. Nós temos um mundo muito diferente vinte anos depois.

Temos um mundo com um surpreendente agravamento das mudanças climáticas, temos um mundo diferente de vinte anos atrás, com uma crise sistêmica profunda na economia mundial, e ocorrendo exatamente nas economias desenvolvidas, na América e na zona do euro. Tivemos, nesses vinte anos, avanços importantes, seja na própria Eco 92, seja em Quioto, mas de muito baixa efetividade.

Então, liguem-se no que estou tentando repartir com vocês: enquanto a sociedade não tiver consciência de que ela também... Não vou falar do conceito de culpa, mas também não vou nos isentar da culpa. Na vida, escolhi, e tenho muito orgulho disso, e muitos de vocês fizeram escolhas semelhantes, ser advogado do trabalhador rural, assalariados da cana, na área de energia, advogado de quem ocupa a terra em busca de direito, de cidadania, de CETAP, de Comissão Pastoral da Terra. Eu escolhi, um pouco como profissão e um pouco como ofício, somar-me a um lado da sociedade que busca igualdade e promoção de direitos.

Na questão ambiental, faço parte do lado predador. Isso incomoda muito a mim e acho que à maioria de todos vocês, nossos hábitos dentro das nossas casas, nossos carros. Então, nós temos responsabilidades também, inclusive de ir para cima de governos, mas também de mudar nossos padrões.

Feito esse registro, também quero dividir um pouco com vocês – às vezes nos esquecemos do óbvio – que a energia é central nessa nova economia, nessa sustentabilidade, como ela foi central na criação do impasse.

Vamos falar do óbvio um pouco. A civilização atual tem seu marco definidor na Revolução Industrial, e foi a energia que catapultou a produção, as fábricas, a fiação, os bens de consumo. A energia elétrica deu vida à humanidade à noite. Depois vieram combustíveis para carro,

caminhão, navio. Vieram as mudanças nas metrópoles. Foi a energia que mudou a história da humanidade de uma maneira definitiva. No século XIX, ela iniciou; no século XX, ela colapsou. E nós estamos vivendo esses efeitos.

Gosto muito de lembrar que o maior indicativo de colapso vem de uma profunda aquisição decorrente de tecnologia. Depois de milhões de anos na terra, o homem descobriu, para a nossa tragédia, ou talvez para a nossa salvação, que o planeta podia acabar. Foi a energia, o uso bélico da energia nuclear que deu ao mundo esse poder imenso que nunca teve. Apertando alguns botões, ele não acabava só com a vida, mas com o planeta. E o uso irracional da energia está gerando um efeito grave e fatal, só que um pouco mais lento: a destruição do planeta, da vida. Mas há também a energia nuclear como uma possibilidade instantânea.

[...] Outro dia eu estava lendo um artigo que me chocou mais ainda: a horizontalização do padrão de vida de um americano e de um europeu. Para os sete bilhões de habitantes do mundo, a forma como a energia é consumida hoje e com a produção industrial de consumo existente exigiria seis biosferas para reciclar os gases emitidos na eventualidade de realizarmos o ideal básico da humanidade de igualdade de vida e de direitos.

Então, se sairmos dessa reflexão, para a **matriz brasileira**, nós vamos descobrir de positivo que ela é a mais limpa do mundo, apesar dessa tentação de dormir com o inimigo e viver do passado, que é o Pré-Sal. Ela foi um fator bastante relevante para o nosso desenvolvimento. Mas vamos para o negativo, também, para “dar no cravo e na ferradura”.

Ela **foi implantada no século passado em padrões autoritários**, em períodos autoritários de governo. As usinas hidrelétricas foram implantadas nos regimes militares. A sociedade não foi ouvida. Com a energia nuclear aconteceu a mesma coisa, de uma maneira tal que nem cientistas foram ouvidos.

Eu acho que a maioria sabe do fato, mas eu queria reparti-lo com os senhores. Construíram a usina em Angra numa das únicas falhas geológicas que eram conhecidas no Brasil. O índio já sabia disso. A praia se chama Itaorna, que, em Tupi, é pedra mole. O índio já sabia que aquele negócio ali não era lá muito estável. [...]

Em relação à expansão do etanol em São Paulo, que males não está gerando. Mas o PROÁLCOOL foi gerado, executado e incentivado também numa matriz autoritária. A sociedade não foi ouvida. Curiosamente, a única exceção da participação da sociedade foi no que diz respeito à matriz mais suja, e aconteceu exatamente na campanha de “O

Petróleo é Nosso”. Só que, depois de o petróleo virar nosso, a PETROBRAS passou a ser dos tecnocratas e deixou de ouvir a sociedade. Chegava ao desplante, ao absurdo – muitos de vocês talvez não tenham essa informação – de, quando prospectava poços do Nordeste e descobria água no Semiárido, lacrar esses poços. O entorno da sociedade que ali estava não necessitava de combustível, mas de água. Porém, ela era tão autoritária, tão hermética, que lacrava os poços que tinham água no meio do sertão. E foi, contraditoriamente, a única experiência na matriz energética brasileira que teve uma forte inserção, inter-relação, com o movimento na sociedade brasileira.

[...] O outro aspecto negativo é o fato de que, em relação a essa matriz energética, que é a mais limpa, na sua construção, os impactos sociais e ambientais gerados por ela foram profundos.

Eu e muitos de vocês fomos educados com a noção de que a energia hidrelétrica era desenvolvimento. E isso é verdade.

Quando iniciei essa militância como advogado junto aos movimentos sociais há mais de 25 anos, descobri que não era só desenvolvimento. Havia movimentos como o dos Atingidos por Barragens, o MAB, e milhares de pessoas sofriam violações imensas aos seus direitos pela construção das grandes barragens nesse Estado. E até hoje isso está acontecendo em Belo Monte, Jirau e em Santo Antônio.

O palestrante incluiu em sua fala comentários sobre a atuação do CDES quanto ao tema energia e às discussões sobre a Rio+20:

[...] Eu faço parte desse conselho. Por força dessas atividades que desenvolvemos... É um conselho criado por Lula, pela Presidência da República, em 2003. Há um correspondente no Estado de Pernambuco. Eu também fui convidado e faço parte. São conselhos interessantes porque eles têm uma diversidade muito grande, são muito heterogêneos. As cinco centrais sindicais estão lá: a CNI, os representantes dos principais dirigentes e empresários de entidades não governamentais e entidades acadêmicas.

Recentemente, houve um grupo de trabalho que tratou de bioenergia. Embora seja órgão de recomendação de políticas públicas da Presidência da República, muitas dessas recomendações são aceitas, outras não, mesmo o órgão instituído para também ouvir a sociedade ali naquele espaço.

Recentemente aconteceu um movimento muito interessante no sentido de formar, estimular, um acordo de desenvolvimento sustentável, preparando a Rio+20. Então, 72 entidades brasileiras em oficinas, com a mediação do conselho, celebraram esse documento. É interessante. Está no site do conselho. Inclusive, ele influenciou a posição brasileira, a

posição formal do país para a Rio+20. Ela foi subscrita por 72 entidades. Estão lá a CBIC, a CNI, a CUT, a Força Sindical, o DIEESE e a academia.

Agora, acho que não estamos mais no tempo do documento. É isso o que me preocupa. Nós estamos na hora das atitudes. Eu espero que aquele pacto sejam os homens refletindo sobre as suas responsabilidades, para cobrar de governos e de si mesmos, para ter atitudes. É por isso que acreditei naquele acordo, é por isso que eu estou falando – e desculpem-me – com tanto entusiasmo, acreditando naquilo que somos capazes de fazer, porque, se não o fizermos, não teremos nem futuro.

O palestrante apresentou análise específica sobre o Estado de Pernambuco:

Vamos falar um pouco de Pernambuco. Nós falamos aqui um pouco do pioneirismo de Pernambuco. Eu sou pernambucano e tenho muito orgulho disso, mas também há muitos erros nessa questão. Não se trata só de pioneirismo, não.

A economia da cana tem lá seu lado de vanguarda tecnológica, de desenvolvimento de conhecimento e seu lado social, que foi muito severo. Boa parte dos desajustes em Recife decorrem da migração de trabalhadores que, com a modernização e precarização das relações do trabalho, foram expulsos de sítio para virem morar nas grandes cidades.

A nossa região da Mata é quase uma área sem mata. Então, há muitos problemas de energia em Pernambuco. Pernambuco se envolveu com a CHESF. Eu tenho uma boa sintonia com a agenda de desenvolvimento do governo federal ou o governo estadual atual. Mas há muitas críticas e preocupações também. Por que nós nos orgulhamos? Eu volto a namorar com o passado. Nós nos orgulhamos... Lançamos recentemente, agora em setembro... Suape vai ganhar a maior termelétrica do mundo. Dois bilhões de reais... O governo participa, assina, ufana-se de... Por que me ufano do desenvolvimento de Pernambuco? A maior termelétrica do mundo... Minha gente, a termelétrica é a maneira mais suja de produzir energia, mais suja do que o petróleo. E nós ainda estamos vivendo isso. Eu volto a fazer o link com o passado. A matriz energética pernambucana está sendo desenvolvida sem diálogo com a sociedade. Não houve diálogo para Angra e não houve diálogo para construir hidrelétrica, a sociedade não foi ouvida para o PROÁLCOOL. Continuamos incorrendo no mesmo erro.

[...] Então, minha gente, Pernambuco ainda precisa se sintonizar melhor com tudo isso que nós estamos falando, e o Nordeste também.

Fechou sua apresentação fazendo um chamamento à participação de todos:

Se cada um de nós não tomarmos uma atitude, isso não vai para canto nenhum. Sem exagero nenhum, acho que podemos concluir... Já é óbvio, mas vamos falar do óbvio, já que ele demora tanto a acontecer: nós estamos diante do maior desafio que a humanidade já teve em toda a sua existência. Ou resolvemos esses problemas de sustentabilidade, resolvemos os problemas do aquecimento global ou não teremos futuro. Alguém lembrou aqui, a vida da gente mostra isso no dia a dia.

Pensando em participação social, em Rio+20, lembro-me muito, e com otimismo... Eu vou terminar com uma imagem impactante, que me impactou e vou repartir com vocês. O século passado, quando foi consolidada a insustentabilidade atual, foi o tempo, a era das ideologias, das disputas no mundo, das utopias que se criavam à esquerda e à direita. E, para a sociedade, os resultados eram muito poucos, eram utópicos. Foi um período que só gerou divergências, só gerou conflitos. Ou o mundo entra agora na era da sustentabilidade... E aí, minha gente, o danado é que a tarefa que deixaram para a gente não é pequena. Utopia do século passado agora é dever de casa. O que não se realizou como sonho, ou realizamos agora como obrigação ou os resultados todos nós sabemos.

Para encerrar, lembro os desafios que estão postos para a participação social para 2015, para 2020, para a Rio+20, para uma mudança também no nosso dia a dia, nos nossos hábitos. No ano passado, andava por um lugar meio distante daqui quando eu vi a capa de uma revista que achei danada de bonita, que me atraiu. Eu pensei que fosse alguma publicação... Era uma revista *Newsweek*. [...] vi lá: “*Cem lugares para lembrar antes de desaparecerem*”. Isso já me assustou um pouco. Quando eu folheeí, meu susto foi maior. Eu estava distante da terra da gente. Dos cem lugares, o primeiro é este cânion aqui, que fica numa ilha do Havaí. A maioria de vocês conhecem. Este cânion está naquele filme do Spielberg, *Parque dos Dinossauros*. É por onde entra aquele helicóptero, aquele lugar bonito. É este cânion. É o primeiro condenado a desaparecer. O seguinte é esta pobre e ameaçada tartaruga e o Mar do Caribe. O terceiro, gente, de cem. Vocês conhecem esta praia: é Boa Viagem. Levei um susto e tirei esta conclusão, que vou dividir com vocês.

A gente tem de ter clareza de como o desafio e o problema são grandes. Todos nós temos, mas eu não sou dos que se filiam à visão da catástrofe. Eu acredito que o homem que teve o poder de destruir tem também o poder de curar. É só uma questão de atitude. Eu prefiro achar [...] que Recife, que está condenado a desaparecer, não vai desaparecer.



Nós estamos é condenados a participar, a ser protagonistas nesta discussão. Nós, que estamos entre os três primeiros de cem a desaparecer, vamos evitar. Mas isso vai nos exigir muita atitude, muita cobrança sobre o governo, mas também muita exorcização das nossas culpas e assunção das nossas responsabilidades.

Nos debates que se seguiram às quatro palestras, a Sra. Juliana Malerba, da organização não-governamental FASE e ex-Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, salientou que tendem a ser apontadas soluções para a crise ambiental muito ancoradas na lógica econômica. Adotar-se-ia a premissa de que o mercado é capaz de resolver a crise ambiental e não se discutiria a lógica política que distribui os impactos da degradação ambiental. Segundo ela:

[...] os projetos energéticos [...] geram muito impactos socioambientais. Deslocamentos compulsórios, como no caso das barragens das hidrelétricas; perda de biodiversidade; uso intensivo de mão de obra – no caso do etanol e no caso da própria construção das barragens; [...] –; contaminação por petróleo das termelétricas. Então, os impactos dessa degradação socioambiental sobre os grupos decorrentes dos projetos energéticos são algo muito sério. E se pensarmos que o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 prevê quase o dobro da oferta de energia para a matriz elétrica brasileira, ou seja, em torno de 100 mil megawatts... Em 2020 deveremos ter, segundo os planos do governo, 170 mil megawatts de energia no sistema integrado nacional. Isso significa que a cada ano o Brasil tem de aportar 3.500 megawatts de energia nova no sistema.

Só para termos um termo comparativo, Itaipu gera 11.500 megawatts/ano. Isso significa que a cada três anos precisamos de uma Itaipu nova no sistema. Isso é insustentável. Qualquer solução do ponto de vista inclusive da diversificação energética não responde à insustentabilidade do que é essa demanda, uma demanda que gera impactos socioambientais completamente desiguais.

Então, ainda que optemos por fontes mais limpas, essa demanda vai continuar gerando conflitos, pela quantidade de energia e pela velocidade dessa quantidade de energia que precisamos aportar no sistema.

[...] 40% da demanda industrial brasileira vem de indústrias eletrointensivas – ferro, cloro-soda, celulose, alumínio –, são indústrias que geram pouco emprego em relação a outras indústrias; são indústrias que produzem produtos com pouquíssimo valor agregado, e são indústrias que têm produção para exportação.

O que não se coloca à sociedade na hora de discutir a matriz energética brasileira é justamente o que impulsiona essa demanda. É naturalizada a demanda e são apresentadas alternativas de energia mais limpas sem discutir com a população brasileira [...].

Por que não discutir com a sociedade brasileira, por exemplo, se com essa energia disponível não podemos investir em produtos que têm maior valor tecnológico para, então, ser exportados? E, mais do que tudo, por que não discutir com os grupos que vão ser afetados pelos projetos energéticos [...]?

O Sr. Fabiano Cotrim, representante das comunidades de Caetitê, na Bahia, equiparou sua cidade a uma sucursal do inferno. No local, há uma mina de urânio e a produção de concentrado de urânio. Segundo ele, essas atividades e outras atividades econômicas têm sido implantadas lá sem a atenção devida para os problemas que são gerados. A própria exploração da energia eólica estaria causando efeitos negativos, como a compra de terras a preço vil, a assinatura de contratos draconianos e prejuízos ao modo de vida das comunidades. Para ele, qualquer projeto de energia tem de ser avaliado em relação a seus impactos sociais e ambientais no contexto local.

O Sr. Heitor Scalabrini, membro do Movimento Ecosocialista de Pernambuco e professor universitário, fez comentários sobre “a falácia de que existe energia limpa”. Existiria a “energia suja”, mas não seu necessariamente seu contraponto. Para ele:

Não existe nenhum processo na natureza de conversão que não agrida a natureza. E, aí, as energias renováveis não são essa panaceia que vai resolver todos os nossos problemas da questão energética, como é colocado, porque elas são “energias limpas”, ditas entre aspas.

[...] Em torno de 70% das emissões de gases de efeito estufa vêm do uso de combustíveis fósseis, do gás natural, do petróleo e seus derivados, do carvão mineral. Então, obviamente, dentro desse entendimento que nós temos de que há o aquecimento global, o aumento médio da temperatura da terra, essas fontes de energia têm que ser trocadas.

[...] Quando discutimos energia, ela não pode ser discutida como uma questão simplesmente isolada. A energia é que alavanca um modelo de sociedade, um modelo de civilização. Então, se vamos discutir a questão da energia, nós não podemos discutir qual é a melhor, qual é a pior. Não! Existe uma questão anterior a essa, que é o modelo de socie-

dade, o modelo de civilização que nós queremos para o planeta Terra. Não podemos fazer uma discussão completamente isolada.

[...] Então, discutir essa questão das energias renováveis nos faz discutir esse modelo de sociedade. Obviamente, nós temos que valorizar as fontes renováveis de energia: o sol, o vento, a biomassa, o uso das águas dos mares. [...] Mas os problemas que podem gerar... E aqui foi questionada a maneira como nós vamos utilizar esses recursos, como nós vamos gerar. Isso nós temos que discutir e muito. Realmente, os fatos aqui apontados sobre o uso da energia renovável, como as torres, os sistemas solares que estão chegando e tudo, esse é um modelo que vem para se adaptar a um modelo de sociedade existente. E isso é incompatível, porque as energias renováveis geram de maneira descentralizada. Nós temos que utilizar essa energia de maneira não centralizada. A quem beneficiam as grandes instalações, as grandes usinas? Nós temos que pensar.

Então, a maneira descentralizada de gerar energia próximo ao local de consumo é também o outro modelo de sociedade, de descentralização nas decisões e tudo mais. Esse é o fundamento. [...].

O Sr. Sebastião Raulino, Doutor em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Fórum dos Afetados pela Indústria do Petróleo e Petroquímica da Baía de Guanabara, fez comentários sobre os problemas socioambientais relacionados às grandes refinarias implantadas em sua região:

[...] Enfim, é um conjunto de projetos de desenvolvimento – no discurso colocados como projetos de desenvolvimento –, sem a participação da sociedade na definição do tipo de desenvolvimento que se deseja.

As soluções apontadas [...] envolvem sempre modernização ecológica, equipamentos, diminuição de emissões, mas na prática, muitas vezes, como aconteceu com a ampliação da Reduc recentemente, a unidade não funciona, apesar de estar envolvida com uma condicionante relacionada à diminuição de emissões gasosas e apesar de o INEA, o órgão ambiental do Estado, visitar a refinaria, [...].

O SINDIPETRO lançou nota, em parceria com o Ministério Público Federal, sobre as emissões de monóxido de carbono altíssimas. No ano de 2004 essas emissões chegavam a 90% na região metropolitana, do total das emissões. Hoje a Refinaria Duque de Caxias e o Polo Petroquímico contribuem e muito para uma bacia aérea já saturada desde os anos 90.

Quero dizer com isso, quando estamos aqui discutindo matriz energética e energia e pensando a Rio+20, que o Rio de Janeiro, dentro do

processo histórico do país, tem uma importância. A Baía de Guanabara, que já era rica em golfinhos – e eram tantas as baleias que ficava difícil para muitos navegar, devido à entrada de baleias na região da Baía de Guanabara –, essa região ambientalmente muito rica, com ecossistemas variados, 55 rios, matas, florestas, restingas, foi sendo degradada ao longo do tempo pelo processo de industrialização. No século XX, muito pela indústria do petróleo e petroquímica, e continua a ser degradada e ameaçada hoje.

O único restinho que ainda existe de manguezais, a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, está ameaçado pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, e as populações ribeirinhas e os pescadores também. [...]

Quero jogar essa experiência da Reduc, ao longo dos seus 50 anos de funcionamento, e dos projetos previstos para o Rio de Janeiro para o Brasil. Diante de tudo o que se fala do Pré-Sal, das refinarias de Pernambuco e das termelétricas, essa experiência do passado serve para rebater todo o discurso que se faz sobre progresso, criação de empregos, melhoria das condições de vida.

E quero lembrar que há toda uma cadeia produtiva na indústria do petróleo, que envolve os dutos, por exemplo. Por onde os dutos passam? Existe uma série de denúncias de expulsão de populações dos locais por onde os dutos vão passando. E, junto com os dutos, vêm os riscos de acidentes, vazamentos etc. Nas áreas do polo petroquímico há tráfego de caminhões-tanque; há riscos de acidentes, seja por causa de explosões, seja por causa de emissões. [...]

O Sr. Renato Cunha, engenheiro coordenador do Instituto Gambá, da Bahia, e membro da Rede Mata Atlântica e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, destacou que se deve pensar não apenas na mudança nas fontes energéticas, mas também na justiça social e ambiental. Em sua opinião, não existe a possibilidade de produção e viabilização da energia nuclear de forma transparente, de forma participativa. Ela não funcionaria dessa maneira, por embutir uma lógica militar. Para ele, a truculência coloca-se muitas vezes subjacente aos estudos de impacto ambiental de grandes empreendimentos que implicam transferência de população. Salientou que se deve ter atenção também para os problemas gerados pelos sistemas de energia eólica. Falou, ainda, sobre o processo de desmonte de nossa legislação ambiental.

O Sr. Francisco Whitaker, da Coalizão Brasileira Contra Usinas Nucleares, destacou o problema do consumismo girando a máquina capitalista de produção:

[...] se não houver consumo, a máquina para. Então, exacerba-se o consumo – isso a um nível mundial atualmente –, com toda a máquina de propaganda que existe. E o Brasil fica muito feliz quando a nossa chamada “nova classe C”, a nova classe média que se diz que está surgindo, começa também a entrar no mundo do consumo, feliz da vida naturalmente. Então, esse é um modelo de sociedade determinante e é causal para a questão da energia. Quer dizer, com essa máquina infernal de produção cada vez maior, cada vez mais rápida, de produtos que se deterioreem o mais rapidamente possível etc., etc., vamos precisar evidentemente cada vez mais de energia. Então, há um problema a atacar também nesse esquema.

Sobre a energia nuclear, registrou:

[...] outro dia a BBC fez uma pesquisa no mundo inteiro e detectou uma coisa interessante: que 79% dos brasileiros não querem novas usinas nucleares no Brasil; uma quantidade menor aceitaria Angra. Isso porque nós ainda estamos sob o impacto de Fukushima. Na hora em que esse impacto se esvaecer, com a propaganda que o sistema tem, evidentemente, para tocar a bola para a frente, essa percentagem começará a cair. E de repente nos vemos, digamos, dentro da realidade de que não é a maioria que pensa assim – é uma minoria.

[...], quando nós começamos a nossa coalizão, em São Paulo, a ideia inicial foi a de fazer um plebiscito, foi a de pedir um plebiscito no Brasil sobre a questão nuclear. E nós chegamos à conclusão de que era um risco enorme fazer um plebiscito. [...] Nós já vimos outros casos de plebiscito – o caso do desarmamento é o mais conhecido –, e a máquina que quer que aquilo aconteça, poderosíssima, tem elementos, tem muito dinheiro para convencer a população de que é para manter aquela política. Então, nós até abandonamos a ideia do plebiscito, mas eu acho que teríamos de pensar uma maneira de atingir não digo o “povão”, mas pelo menos grande parte do povo que está distribuído por aí. Levar elementos, levar argumentos, levar dados; ou então multiplicar reuniões como esta, mas não entre nós, mas tentando chegar à população.

[...] A tarefa agora não é nem reunir mais argumentos, a tarefa agora é espalhar a argumentação, é ganhar mais gente para o nosso lado; não é afirmar nossas posições, mas ganhar mais gente para as nossas posições, de tal forma que isso se transforme numa força social efetiva.

O Sr. Oderson Alves Ferreira, da Associação de Vítimas do Césio 137, de Goiânia, acidente que aconteceu há 24 anos, salientou que o episódio do qual foi uma das vítimas não pode ser esquecido. Em sua opinião, o que aconteceu foi decorrência de desleixo e falta de responsabilidade. Mais de quarenta membros da família dele foram afetados. Houve 1.600 vítimas diretas, segundo levantamento do Ministério Público do Estado de Goiás. Os resíduos gerados no acidente ainda causam temor:

E outras tantas pessoas se envolveram naquele acidente, pessoas que iam à casa do dono do ferro velho, que era o meu irmão, moradores, vizinhos daquele local, pessoas que trabalharam depois na demolição e na remoção dos rejeitos radioativos, na remoção dos prédios e no transporte dos rejeitos para uma cidade vizinha, a vinte quilômetros de Goiânia, chamada Abadia de Goiás, onde existe o depósito definitivo. É o único depósito definitivo no Brasil. E é mais uma tragédia para nós, porque agora, com essa questão de levar o lixo radioativo... O dinheiro do Pré-Sal não querem distribuir conosco, mas o lixo radioativo de Angra dos Reis e de outras partes eles querem levar para Abadia de Goiás. É mais um problema que nós vamos viver.

O depoente colocou em relevo, também, que as vítimas do Césio 137 não têm recebido o apoio governamental devido para enfrentar seus problemas de saúde.

O Sr. Vicente Roque de Araújo Filho, advogado e Vice-Presidente do Instituto Verde, do Estado de Pernambuco, falou sobre a importância do Estado Democrático de Direito:

[...] eu quero lembrar, sobretudo àqueles que falaram em cidadania e em Estado de Direito, que eu não vejo — eu não sei se vocês conhecem —, quase nunca, nas nossas lutas de resistência, comentários sobre o Estado Democrático de Direito. Nós continuamos, parece-me que pelo tempo que passamos no regime de exceção, na ditadura civil-militar...  
[...]

No fechamento do evento, o **SR. KLEMENS AUGUSTINUS LASCHEFSKI** entregou à Frente Parlamentar Ambientalista o Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental, segundo ele justamente uma reivindicação para que o Estado de Direito seja preservado. Nas suas palavras com tom bastante crítico:

Entendemos haver retrocesso em relação à Constituição em vigor. O Estado de Direito não vale mais. O discurso ambiental, infelizmente,

virou uma arma. Nós temos problemas sociais sendo escondidos com o discurso ambiental. A energia eólica é um exemplo. Há pessoas sendo atingidas pelas usinas eólicas, mas alguns dizem ser uma alternativa energética, e não se pode ficar contra ela. Assim, deslegitima-se uma crítica que aponta problemas sociais.

[...] O modelo de desenvolvimento de que usufruímos foi implementado de forma autoritária. Se pensarmos bem, indústrias como as usinas nucleares e também as indústrias de base, como as de mineração, sempre surgem de regimes autoritários. As hidrelétricas também. Em quase todos os países é assim.

E quando se tenta democratizar essas obras, isso não funciona. O setor privado não realiza essas obras. Belo Monte não seria construída sem o dinheiro do Estado brasileiro, porque seria economicamente inviável.

Houve tentativas de privatizar a energia nuclear. É impossível. Isso só se sustenta por meio da autoridade do Estado. É inviável, é custoso. A mineração também. Temos então um problema.

Falamos de empresas que estão pressionando o Estado, mas, na verdade, o Estado criou essas empresas. Na maioria dos casos, empresas públicas foram transformadas em empresas semipúblicas e agora privatizadas. E a aliança entre Estado e empresas poderosas, que jamais seriam tão poderosas sem o Estado, é que causa essa insustentabilidade. Essas são as relações de poder que estão mandando no país. [...]

Dessa forma, precisamos ver como podemos democratizar essas estruturas, como podemos romper com as relações do poder e com essa ideia do público. [...]

Precisamos repensar isso, porque esse bem público, a energia, que permite destruir áreas de preservação permanente e invadir a terra dos quilombolas e dos indígenas, é tratada como mercadoria.

**O SR. EVERALDO ALENCAR FEITOSA** destacou que o modelo de exploração da energia eólica, que começou na Dinamarca e na Alemanha, é para gerar energia descentralizada. Explicou que cada comunidade da Dinamarca e da Alemanha gerava a sua própria energia e a vendia para concessionária. Segundo o palestrante:

Posteriormente, quando esse modelo saiu da Dinamarca e da Alemanha e foi para o resto do mundo, veio com um papel de presente diferente. Deixou de ter o contexto de comunidade e de geração elétrica individual e passou a ter o contexto de grandes corporações multinacionais. E aí temos empresas boas e empresas ruins.

[...] eu lembrei também que temos dois exemplos, eu diria, atípicos no contexto da eólica. Um deles diz respeito aos problemas que tivemos no Estado do Ceará com a instalação de turbinas eólicas em dunas, com problemas seriíssimos, e em sítios arqueológicos. O outro foi o problema na região de Caetité, aqui mencionado.

Isso não é o comum. Na negociação interna com os proprietários de terra, no âmbito jurídico, por falta de conhecimento, talvez tenha havido uma série de problemas. O que acontece, eu diria, em 90% dos casos, é que a terra é utilizada para agricultura e pecuária; o proprietário tem acesso direto a tudo e tem geralmente uma remuneração, um percentual sobre faturamento. Com isso, gera-se riqueza local. Isso é a praxe.

Se existiu algum problema atípico em Caetité ou em outros lugares, isso deve ser mencionado, deve ser externado, [...]. Agora, eu gostaria de frisar que isso não é praxe no setor. São posições atípicas. Temos que lutar totalmente contra isso com todas as nossas forças, para evitar que empresas totalmente sem compromisso façam isso.

[...] A segunda observação será rápida e diz respeito à energia nuclear, que gosto sempre de mencionar. O mundo não precisa de energia nuclear para geração. Energia nuclear tornou-se apenas um tíquete para a maioria.

O que vemos quando analisamos a história da energia nuclear? A primeira crise do petróleo foi em 1970, 1973; depois, com a segunda, em 1977, foi formada a IEA – International Energy Agency, Agência Internacional de Energia.

Ora, o que fez a Agência Internacional de Energia? Aproveitou o momento histórico da crise do petróleo, na década de 70, começou a fazer uma grande propaganda da energia nuclear como solução e meteu o pau em tudo o que acontecia. Houve também um forte lobby da indústria da França, do Japão e dos Estados Unidos para vender reatores.

E o que vemos hoje no mundo? Em razão desse tíquete de maioria, os países assinaram ou não o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Com a Guerra Fria, Estados Unidos e Rússia, depois Reino Unido, França, China, Índia e Paquistão tornaram-se potências atômicas. Por outro lado, vemos Israel, que nunca assinou o tratado, mas tem ogivas nucleares. Vemos também que o Irã também assina, não assina o tratado.

Na verdade, todo o pano de fundo da geração nuclear é unicamente bélico. Não adianta tentarmos falar em custo e em outros aspectos, pois isso não vale nada. O fundo é só bélico. Agora, resta saber o se-



guinte: o Brasil quer um tíquete para ter maioria, para defender qualquer problema futuro ou não?

O **SR. SÉRGIO LEITÃO** concordou com o palestrante anterior no sentido de a energia nuclear constitui um “tíquete”. Lembrou que Professor Oppenheimer dizia que não existe uma energia nuclear para a paz e outra para a guerra. Ambas seriam faces de uma mesma moeda. Afirmou:

E o que é uma usina nuclear? É uma bomba atômica — só muda o plug. Ela pode fornecer energia, assim como pode virar uma bomba. O que o Brasil quer com essas oito usinas nucleares no Nordeste? Quer ganhar escala, do ponto de vista do enriquecimento, para, mais à frente, tornar possível a modificação do artigo da Constituição que veda ao Brasil o uso militar da energia nuclear. O resto é conversa. A energia é um biombo atrás do qual se esconde esse propósito. Tanto é que, se verificarmos o que aconteceu no Governo Lula, veremos que todas as autoridades disseram, em algum momento, que o Brasil deveria romper a adesão feita no Governo Fernando Henrique ao TNP, o Tratado de Não Proliferação. Disseram e depois desmentiram, e todos sabem que desmentido de autoridade é o descarte da verdade que não interessa mais.

[...] essa é uma questão que não está fechada no Brasil. Pelo contrário, há a possibilidade política de se recolocar o tema nos seus próprios termos, que é o de o Brasil ter, sim, armas atômicas, até porque se diz que o Brasil não vai frequentar clube de grandes nações se não se sentar com uma cartucheira recheada de arma atômica.

Com relação aos problemas relativos às fontes de energia, explicitou que o Greenpeace é solidário com essas críticas. Destacou, contudo [grifos da relatora]:

**Temos de diferenciar quais são as fontes de energia que não queremos e as que queremos, com determinadas condições.** A nossa crítica não pode parecer que envolve tudo num mesmo pacote. Se fizermos isso, não conversaremos com as pessoas na rua. Eu sou do interior do Ceará e até hoje me lembro do meu pai falando sobre quando chegou a energia de Paulo Afonso lá. A chegada da energia de Paulo Afonso foi a chegada da luz, que antes não havia – era tudo na base do diesel. Isso é visto, sim, como um sinal de bem-estar, e bem-estar nós queremos. Queremos sob determinadas condições? É lógico que sim, mas também não podemos negar que as pessoas lá fora têm o legítimo interesse de também querer. Vamos discutir como, quando e onde. Isso,

precisamos separar, senão fica morto do ponto de vista da conversa e do diálogo com a sociedade lá fora; senão, daqui a pouco vai parecer que estamos condenando até o fogo, a primeira fonte de energia, e que inclusive diferenciou, do ponto de vista de poder, nós que estamos aqui.

[...] Devagar com o andar. Eu comecei minha vida como advogado de trabalhador rural. Saí do Ceará porque estava ameaçado de morte. Naquele tempo as nossas lutas eram pelo Estatuto da Terra, pelo fim da meia, para que os 10% da renda do trabalhador pudessem ser finalmente aceitos. Eu sei que houve um ganho do ponto de vista da democracia. É óbvio que sim. Tivemos e temos eleições. Elas são fraudadas numa série de circunstâncias, é lógico que são. Há predomínio do poder político. Mas não dá para dizer, sem exagerar numa escala que considero preocupante, que a democracia, nesse sentido geral, está ameaçada. Isso pode desnaturar a nossa crítica e, ao invés de ajudar, prejudicar aquilo que realmente queremos dizer.

Outra coisa. Legislação ambiental no Brasil é um paradoxo. O Brasil é o país dos paradoxos. Como já dizia Tom Jobim, numa famosa frase, o Brasil não é para principiantes. Elas foram feitas em diferentes situações políticas, infelizmente na ditadura. Dou três exemplos bem concretos:

1937. Getúlio Vargas, Estado Novo, ditadura, primeiro Código de Flora do Brasil, primeiro Código de Fauna do Brasil. É a legislação que até hoje protege o patrimônio histórico.

1965. Código Florestal. Este que hoje estamos defendendo foi feito na ditadura. Quem era o Presidente? Castello Branco, eleito indiretamente pelo Congresso. Aliás, há uma circunstância histórica rara. Quem fez a Exposição de Motivos, ainda como Ministro da Agricultura, do antigo PTB, no Governo do João Goulart, foi o Sr. Armando Monteiro Filho, vivo, com 85 anos, pai do Senador Armando Monteiro Neto. Eu queria até que o filho tivesse lido a Exposição de Motivos feita naquele momento, porque ela já indicava o que aconteceria se o Brasil não respeitasse suas florestas. É o que se vê hoje: a Zona da Mata que não é mais Zona da Mata.

1981. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Quem era o Presidente em agosto de 1981? João Baptista de Oliveira Figueiredo. Tínhamos eleição direta? Não. Se vocês lerem essa legislação, que está em vigor até hoje, verão que foi ela que inspirou o Capítulo Do Meio Ambiente da Constituição. O art. 225 é uma reprodução. Essa legislação de 1981 inspirou o art. 225 da Constituição. Estudo de impacto ambiental já está lá. E a mudança do Código Florestal é inspirada num artigo dessa lei de 1981, aquele que diz que o governo pode cortar os subsídios e

o crédito para particulares que não respeitam a legislação ambiental. Quando o Governo Lula tornou isso possível, por uma ação da Ministra Marina Silva em conjunto com a então Ministra Dilma Rousseff – eu a critiquei aqui, mas ressalvo a sua participação –, quando isso se materializou na boca do caixa e o gerente do banco passou a ser o aplicador real da legislação ambiental, tirando a lei da prateleira do IBAMA, onde só servia para pegar poeira, aí o bicho pegou. Enquanto a lei estava sob o poder do IBAMA, que não tinha estrutura para dar a ela eficácia, de pouco servia. Até faziam aquelas ações de outdoor, para aparecer na imprensa, mas no dia seguinte não valiam mais nada. Quando o gerente do banco passou a ser um instrumento eficaz de aplicação, aí o bicho pegou. E a lei vai ser mudada. Ela está sendo mudada para isso. Embora a lei tivesse sido feita na ditadura para servir de outdoor, quando a democracia procurou aplicá-la, foi que se viu a real dimensão da nossa capacidade.

Um pedido, por favor. Sou participe de todas essas críticas, mas não vamos dizer com tanta ênfase que a democracia do país está tão ameaçada assim. Ela tem vários problemas? Concordo plena e integralmente, subscrevo a crítica. Mas daí a esse passo, parece-me que, digamos assim, cometemos aquele velho erro de dizer que a diferença entre o veneno e o remédio está na dose.

**O SR. BRUNO RIBEIRO DE PAIVA** salientou que a democracia brasileira só estará ameaçada se nós nos omitirmos. Para eles, está muito claro que a sociedade não está disposta a isso. Afirmou:

[...] quando eu faço este raciocínio não estou aliviando a responsabilidade do governo, não. Não consideramos que essa questão é só um problema de governos, em nível global e em nível nacional. Mas eles têm uma responsabilidade maior no cumprimento dos desígnios da sociedade por uma energia mais limpa, por um planeta mais saudável, por uma economia verde, por um desenvolvimento sustentável. Os governos são centrais, sim, mas esse resultado depende de cada um de nós, de fazermos, de cobrarmos; depende de atitudes, e vocês são o sinal vivo de que ninguém está disposto a se omitir.

Sempre me preocupou muito o conceito, que eu acho adequado, de responsabilidade coletiva compartilhada. Há uma tendência que precisamos evitar, que é o de achar que, porque a Europa construiu seu desenvolvimento em cima da poluição, ela tem uma responsabilidade maior. É verdade que tem, mas a nossa também é imensa. Não dá para ficarmos, países e pessoas, culpando uns mais do que os outros. As res-

ponsabilidades são proporcionalmente maiores, mas elas são comuns, elas são compartilhadas.

Sou otimista, acho que essa clareza de consciência vai fazer a humanidade salvar a vida, salvar o planeta. Sabe-se, talvez pela primeira vez na história, que só vamos ter uma solução com uma nova economia, mas com uma nova atitude humana também; e que ela tem de ser mais ampla, não pode ser esperada só do outro, só do terceiro. Ela é minha também, ela é nossa.

Após a fala dos palestrantes e o agradecimento a todos os participantes, a coordenação do seminário encerrou o evento.



# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2012

Presidente: Deputado SARNEY FILHO

1ºVice-Presidente: Deputado ARNALDO JORDY

2ºVice-Presidente: Deputado PENNA

3ºVice-Presidente: Deputada REBECCA GARCIA

## TITULARES



Antônio Roberto  
PV/MG



Arnaldo Jordy  
PPS/PA



Augusto Carvalho  
PPS/DF



Filipe Bornier  
PSD/RJ



Giovanni Cherini  
PDT/RS



Givaldo Carimbão  
PSB/AL



Irajá Abreu  
PSD/TO



Leonardo Monteiro  
PT/MG



Marcio Bittar  
PSDB/AC



Márcio Macêdo  
PT/SE



Marina Santanna  
PT/GO



Mário de Oliveira  
PSC/MG



Penna  
PV/SP



Rebecca Garcia  
PP/AM



Ricardo Tripoli  
PSDB/SP



Sarney Filho  
PV/MA



Vilalba  
PRB/PE

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2012

## SUPLENTES



Alfredo Sirkis  
PV/RJ



Antonio Bulhões  
PRB/SP



Antonio Carlos Mendes  
Thame (PSDB/SP)



Arnaldo Jardim  
PPS/SP



Bernardo Santana de  
Vasconcellos (PR/MG)



Fernando Ferro  
PT/PE



Fernando Jordão  
PMDB/RJ



Fernando Marroni  
PT/RS



Homero Pereira  
PSD/MT



Lauriette  
PSC/ES



Leandro Vilela  
PMDB/GO



Lira Maia  
DEM/PA



Marco Tebaldi  
PSDB/SC



Miro Teixeira  
PDT/RJ



Oziel Oliveira  
PDT/BA



Paes Landim  
PTB/PI



Valdir Colatto  
PMDB/SC



Zé Geraldo  
PT/PA

# **FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA**

## **Coordenador**

Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)

## **Subcoordenadores**

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

Deputado PENNA (PV-SP)

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B/AM)

## **Secretário Geral**

Deputado PAES LANDIM (PMDB-PI)

## **Conselho Executivo**

Deputada ROSANE FERREIRA (PV-PR)

Deputada REBECCA GARCIA (PP-AM)

## **Conselho Consultivo**

Mario Mantovani – SOS Mata Atlântica

André Lima – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Planeta Verde e  
SOS Mata Atlântica

Fábio Feldmann – Consultor Ambiental

Edson Duarte (PV-BA)

## **Grupos de Trabalho**

### **Água**

Coordenador: Deputado ARNALDO JARDIM (PPS-SP)

### **Clima**

Coordenadora: Deputada ROSANE FERREIRA (PV-PR)

### **Cerrado & Caatinga**

Coordenadores: Senador RODRIGO ROLLENBERG (PSB-DF) e

Deputado OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA)

### **Zona Costeira e Ecossistema Marinho**

Coordenadores: Deputados DR. ALUIZIO (PV-RJ), ARNALDO JORDY (PPS-PA) e

MÁRCIO MACÊDO (PT-SE)

### **Educação Ambiental**

Coordenador: Deputado ROBERTO DE LUCENA (PV-SP)



### **Empresas e Responsabilidade Ambiental**

Coordenador: Deputado ALESSANDRO MOLON (PT-RJ)

### **Energias Renováveis**

Coordenador: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

### **Fauna**

Coordenador: Deputado RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP)

### **Floresta**

Coordenador: Deputado MÁRCIO MACÊDO (PT-SE)

### **Prevenção de Desastres Naturais**

Coordenador: Deputado CESAR COLNAGO (PSDB-ES)

### **Questões Urbanas**

Coordenadora: Deputada REBECCA GARCIA (PP-AM)

### **Construções Sustentáveis**

Deputado RICARDO IZAR (PSD-SP)

### **Resíduos**

Coordenador: Deputado VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS)

### **Sustentabilidade na Copa**

Coordenador: Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)

## Deputados

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Ademir Camilo	PSD	MG
Adrian	PMDB	RJ
Afonso Hamm	PP	RS
Alessandro Molon	PT	RJ
Alex Canziani	PTB	PR
Alfredo Kaefer	PSDB	PR
Alfredo Sirkis	PV	RJ
Alice Portugal	PCdoB	BA
Aline Corrêa	PP	SP
Almeida Lima	PPS	SE
Amauri Teixeira	PT	BA
Andre Moura	PSC	SE
Andre Vargas	PT	PR
André Zacharow	PMDB	PR
Andreia Zito	PSDB	RJ
Antônio Andrade	PMDB	MG
Antonio Balhmann	PSB	CE
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	SP
Ariosto Holanda	PSB	CE
Arlindo Chinaglia	PT	SP
Arnaldo Jardim	PPS	SP
Arnaldo Jordy	PPS	PA
Arnon Bezerra	PTB	CE
Arthur Oliveira Maia	PMDB	BA
Assis Carvalho	PT	PI
Assis do Couto	PT	PR
Assis Melo	PCdoB	RS
Átila Lins	PSD	AM
Beto Mansur	PP	SP
Bonifácio de Andrada	PSDB	MG
Bruno Araújo	PSDB	PE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Carlaile Pedrosa	PSDB	MG
Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PE
Celia Rocha	PTB	AL
Celso Maldaner	PMDB	SC
Cesar Colnago	PSDB	ES
Chico Alencar	PSOL	RJ
Chico Lopes	PCdoB	CE
Cida Borghetti	PP	PR
Dalva Figueiredo	PT	AP
Damião Feliciano	PDT	PB
Daniel Almeida	PCdoB	BA
Danilo Forte	PMDB	CE
Devanir Ribeiro	PT	SP
Diego Andrade	PSD	MG
Dilceu Sperafico	PP	PR
Domingos Dutra	PT	MA
Domingos Neto	PSB	CE
Domingos Sávio	PSDB	MG
Dr. Adilson Soares	PR	RJ
Dr. Aluizio	PV	RJ
Dr. Jorge Silva	PDT	ES
Dr. Paulo César	PSD	RJ
Dr. Rosinha	PT	PR
Dr. Ubiali	PSB	SP
Dudimar Paxiuba	PSDB	PA
Edinho Bez	PMDB	SC
Edio Lopes	PMDB	RR
Edson Pimenta	PSD	BA
Eduardo Azeredo	PSDB	MG
Eduardo Barbosa	PSDB	MG
Edvaldo Holanda Júnior	PTC	MA
Efraim Filho	DEM	PB

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Elcione Barbalho	PMDB	PA
Erika Kokay	PT	DF
Esperidião Amin	PP	SC
Eudes Xavier	PT	CE
Fábio Faria	PSD	RN
Fábio Ramalho	PV	MG
Fábio Souto	DEM	BA
Fabio Trad	PMDB	MS
Fátima Pelaes	PMDB	AP
Felipe Maia	DEM	RN
Fernando Ferro	PT	PE
Fernando Francischini	PSDB	PR
Fernando Marroni	PT	RS
Flávia Moraes	PDT	GO
Flaviano Melo	PMDB	AC
Francisco Floriano	PR	RJ
Francisco Praciano	PT	AM
Gabriel Chalita	PMDB	SP
Genecias Noronha	PMDB	CE
Geraldo Resende	PMDB	MS
Geraldo Thadeu	PSD	MG
Giacobo	PR	PR
Giovani Cherini	PDT	RS
Giovanni Queiroz	PDT	PA
Giroto	PMDB	MS
Givaldo Carimbão	PSB	AL
Gladson Cameli	PP	AC
Gonzaga Patriota	PSB	PE
Gorete Pereira	PR	CE
Guilherme Campos	PSD	SP
Guilherme Mussi	PSD	SP
Heleno Silva	PRB	SE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Henrique Afonso	PV	AC
Henrique Oliveira	PR	AM
Hermes Parcianello	PMDB	PR
Homero Pereira	PSD	MT
Hugo Leal	PSC	RJ
Hugo Motta	PMDB	PB
Irajá Abreu	PSD	TO
Ivan Valente	PSOL	SP
Jaime Martins	PR	MG
Jairo Ataíde	DEM	MG
Jandira Feghali	PCdoB	RJ
Janete Rocha Pietá	PT	SP
Jânio Natal	PRP	BA
Jean Wyllys	PSOL	RJ
João Arruda	PMDB	PR
João Bittar	DEM	MG
João Dado	PDT	SP
João Magalhães	PMDB	MG
João Maia	PR	RN
João Paulo Cunha	PT	SP
João Paulo Lima	PT	PE
Jorginho Mello	PSDB	SC
José Carlos Araújo	PSD	BA
José Chaves	PTB	PE
José Linhares	PP	CE
José Otávio Germano	PP	RS
José Rocha	PR	BA
Jose Stédile	PSB	RS
Josué Bengtson	PTB	PA
Júlio Campos	DEM	MT
Júlio Cesar	PSD	PI
Laercio Oliveira	PR	SE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Laurez Moreira	PSB	TO
Leandro Vilela	PMDB	GO
Lelo Coimbra	PMDB	ES
Leonardo Monteiro	PT	MG
Leonardo Quintão	PMDB	MG
Leonardo Vilela	PSDB	GO
Liliam Sá	PSD	RJ
Lincoln Portela	PR	MG
Lira Maia	DEM	PA
Lourival Mendes	PTdoB	MA
Luiz Carlos	PSDB	AP
Luiz Couto	PT	PB
Luiz Fernando Machado	PSDB	SP
Luiz Noé	PSB	RS
Manato	PDT	ES
Manoel Junior	PMDB	PB
Manuela D'ávila	PCdoB	RS
Marçal Filho	PMDB	MS
Marcelo Castro	PMDB	PI
Marcio Bittar	PSDB	AC
Márcio Macêdo	PT	SE
Marcon	PT	RS
Marinha Raupp	PMDB	RO
Mário de Oliveira	PSC	MG
Marllos Sampaio	PMDB	PI
Maurício Trindade	PR	BA
Mauro Lopes	PMDB	MG
Mauro Mariani	PMDB	SC
Mauro Nazif	PSB	RO
Mendonça Prado	DEM	SE
Miguel Corrêa	PT	MG
Missionário José Olímpio	PP	SP

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Neilton Mulim	PR	RJ
Nelson Bornier	PMDB	RJ
Nelson Marchezan Junior	PSDB	RS
Nelson Marquezelli	PTB	SP
Osmar Serraglio	PMDB	PR
Osmar Terra	PMDB	RS
Otavio Leite	PSDB	RJ
Oziel Oliveira	PDT	BA
Padre João	PT	MG
Paes Landim	PTB	PI
Pastor Eurico	PSB	PE
Pastor Marco Feliciano	PSC	SP
Paulo Foletto	PSB	ES
Paulo Freire	PR	SP
Paulo Magalhães	PSD	BA
Paulo Piau	PMDB	MG
Paulo Teixeira	PT	SP
Paulo Wagner	PV	RN
Penna	PV	SP
Perpétua Almeida	PCdoB	AC
Policarpo	PT	DF
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
Raul Henry	PMDB	PE
Rebecca Garcia	PP	AM
Reginaldo Lopes	PT	MG
Reinaldo Azambuja	PSDB	MS
Reinhold Stephanes	PSD	PR
Renato Molling	PP	RS
Renzo Braz	PP	MG
Ribamar Alves	PSB	MA
Ricardo Berzoini	PT	SP

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Ricardo Izar	PSD	SP
Ricardo Tripoli	PSDB	SP
Roberto Balestra	PP	GO
Roberto Britto	PP	BA
Roberto De Lucena	PV	SP
Roberto Santiago	PSD	SP
Roberto Teixeira	PP	PE
Rodrigo Maia	DEM	RJ
Romero Rodrigues	PSDB	PB
Rosane Ferreira	PV	PR
Rose de Freitas	PMDB	ES
Rosinha da Adefal	PTdoB	AL
Rubens Otoni	PT	GO
Rui Palmeira	PSDB	AL
Ruy Carneiro	PSDB	PB
Sabino Castelo Branco	PTB	AM
Salvador Zimbaldi	PDT	SP
Sandes Júnior	PP	GO
Sandro Mabel	PMDB	GO
Saraiva Felipe	PMDB	MG
Sarney Filho	PV	MA
Sebastião Bala Rocha	PDT	AP
Sérgio Brito	PSD	BA
Sergio Guerra	PSDB	PE
Sibá Machado	PT	AC
Silas Câmara	PSD	AM
Silvio Costa	PTB	PE
Stepan Nercessian	PPS	RJ
Sueli Vidigal	PDT	ES
Takayama	PSC	PR
Taumaturgo Lima	PT	AC
Teresa Surita	PMDB	RR



<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Valadares Filho	PSB	SE
Vanderlei Macris	PSDB	SP
Vicente Candido	PT	SP
Vieira da Cunha	PDT	RS
Wilson Covatti	PP	RS
Vitor Paulo	PRB	RJ
Waldir Maranhão	PP	MA
Walter Tosta	PSD	MG
Wandenkolk Gonçalves	PSDB	PA
Washington Reis	PMDB	RJ
Weliton Prado	PT	MG
Wellington Roberto	PR	PB
Wladimir Costa	PMDB	PA
Zé Geraldo	PT	PA
Zequinha Marinho	PSC	PA
Zoinho	PR	RJ

## SENADORES

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Casildo Maldaner	PMDB	SC
Cicero Lucena	PSDB	PB
Cristovam Buarque	PDT	DF
Eduardo Amorim	PSC	SE
Fernando Collor	PTB	AL
Francisco Dornelles	PP	RJ
Gim Argelo	PTB	DF
João Vicente Claudino	PTB	PI
José Sarney	PMDB	AP
Lidice da Mata	PSB	BA
Paulo Davim	PV	RN
Paulo Paim	PT	RS
Pedro Taques	PDT	MT
Roberto Requião	PMDB	PR
Rodrigo Rollemberg	PSB	DF
Romero Jucá	PMDB	RR
Sérgio Petecão	PSD	AC
Vanessa Grazziotin	PCDOB	AM
Walter Pinheiro	PT	BA
Wellington Dias	PT	PI

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que tornaram possível a realização do Ciclo de Palestras e Debates da Frente Parlamentar Ambientalista para a Rio+20 - Em Busca de uma Economia Sustentável. Quando decidimos enfrentar o desafio de provocar debates em cinco regiões do país, foi preciso mobilizar uma grande equipe, desde aqueles responsáveis pela infraestrutura de cada evento, aos que viabilizaram as presenças dos principais especialistas nos temas enfocados, como cientistas, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e do Judiciário, além de líderes dos movimentos sociais representativos da sociedade civil.

Nosso agradecimento aos palestrantes que estiveram conosco, o Professor Everaldo Feitosa/Representante do Centro Brasileiro de Energia Eólica (UFPE) e Vice-Presidente Mundial de Energia Eólica; ao Professor Klemens Laschefsti/Professor Adjunto II com ênfase em Ecologia na Universidade Federal de Minas Gerais; ao Bruno Ribeiro de Paiva/Representante dos movimentos sociais ambientais no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/CDES e ao Sérgio Leitão/Representante do Greenpeace.

Agradecemos ainda a colaboração indispensável da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e de seus funcionários, e ao Partido Verde, que nos deram amplo e irrestrito apoio para que esse evento fosse realizado com grande maestria.

Como a nossa meta final era reunir numa publicação a síntese do que foi discutido em cada local, ressalto o apoio inestimável da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, nas pessoas das consultoras Suely Araújo, Roseli Senna e Ana Cristina Fraga, do Departamento de Taquigrafia, na pessoa da Sra. Cassia Regina Botelho, bem como do precioso e permanente apoio da Secretária de Comunicação Social desta Casa, bem como da competente equipe da Coordenação de Relações Públicas, que agradeço aqui na pessoa do Sr. Flavio Elias.

Destaco, ainda, o meu reconhecimento ao empenho da SOS Mata Atlântica, à Fundação Herbert Daniel, que tornou possível todos esses momentos em vídeo e a Tetra Pak que nos auxiliou com material para o evento, entidades estas parceiras nas ações da Frente parlamentar Ambientalista.

Para que o trabalho de vários meses alcançasse os resultados esperados; não poderia deixar de ressaltar aqui o incansável apoio dos servidores desta Casa, ressaltando os trabalhos da Liderança do Partido Verde, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Frente Parlamentar Ambientalista, da Subcomissão Especial Rio+20 e do meu Gabinete parlamentar, destacando especialmente o precioso e permanente apoio e assessoria dos meus amigos e colaboradores Edson, Susan, Renata, Dioclécio, Diva, Eduardo, Eliana, Tiago e Hellen. Ao Pablo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, à Jordânia da Frente Parlamentar Ambientalista, ao Mário Mantovani, Lídia, Rejane e Zenida da SOS Mata Atlântica, sem eles não chegaríamos aqui.

Aos que porventura deixei de mencionar, sintam-se agradecidos.

Um grande abraço,

Sarney Filho

## **CONTATOS**

### **Câmara dos Deputados**

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

### **Frente Parlamentar Ambientalista**

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

E-mail: [contato@frenteambientalista.com](mailto:contato@frenteambientalista.com)

Câmara dos Deputados, Anexo IV Gabinete 202

Telefone: 3216-5520 e ou 3215-5202

### **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20**

[www.rio20.gov.br](http://www.rio20.gov.br)

### **SOS Mata Atlântica**

[www.sosmataatlantica.org.br](http://www.sosmataatlantica.org.br)

### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 142

Telefones: 3216-6521 a 6526 / 9217-5734

Fax.: 3216-6535

E-mail: [meioambiente@camara.gov.br](mailto:meioambiente@camara.gov.br)



Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Proibida a venda.

Exemplares deste trabalho podem  
ser solicitados no e-mail:

[contato@frenteambientalista.com](mailto:contato@frenteambientalista.com)

[meioambiente@camara.gov.br](mailto:meioambiente@camara.gov.br)

ou

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)



**RIO+20**

Conferência das Nações Unidas  
sobre Desenvolvimento Sustentável

Realização



FRENTE  
PARLAMENTAR | AMBIENTALISTA

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

SUBCOMISSÃO ESPECIAL

**RIO+20**

CÂMARA DOS DEPUTADOS - CMADS

Comissão de  
Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

Apoio



SOS MATA ATLÂNTICA



FUNDAÇÃO VERDE  
Herbert Daniel